



UC/FPCE_2013

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Variáveis sociodemográficas e familiares e sentido de competência parental

Vanessa Sofia Martins Roque (e-mail: vanessa.roque90@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, sub-área de Sistémica, Saúde e Família sob a orientação da Professora Doutora Maria João Seabra Santos

Variáveis sociodemográficas e familiares e sentido de competência parental

Resumo: O sentido de competência parental, operacionalizado em duas vertentes distintas, a satisfação e a eficácia, surge na literatura como uma variável que importa considerar, no contexto de uma parentalidade positiva. A presente investigação teve como objetivo explorar o sentido de competência parental em pais de crianças em idade pré-escolar e compreender o modo como este se relaciona ou apresenta contornos diferentes em função de diferentes características individuais e familiares. Pretendeu-se também, contribuir para a caracterização psicométrica da *Escala de Sentido de Competência Parental* (Johnston & Mash, 1989). Participaram 199 mães/pais de crianças em idade pré-escolar (dos 3 aos 6 anos de idade), que responderam a um questionário sociodemográfico, à Escala de Sentido de Competência Parental (PSOC) e ao Questionário de Estilos Parentais (QEP; Arnold, O'Leary, Wolff & Acker, 1993). Os resultados permitiram verificar índices de consistência interna aceitáveis para a PSOC (.65 a .77). Foram observadas diferenças significativas no total da competência parental ou em alguma das suas subescalas para as seguintes variáveis: sexo e idade da criança, posição na fratria, nível socioeconómico da família e composição do agregado familiar. Obtiveram-se correlações estatisticamente significativas com as variáveis número de anos de escolaridade da mãe e bem-estar psicológico do respondente. Foram registados níveis mais elevados de competência parental, de satisfação e de eficácia na amostra do estudo, quando comparada com uma amostra de mães/pais com crianças da mesma idade, com problemas de comportamento. O estudo da relação com os resultados no QEP salientou correlações negativas e significativas entre o uso de estratégias parentais negativas e o sentido de competência parental. O estudo realizado contribui para a caracterização psicométrica da Escala de Sentido de Competência parental, assim como para o esclarecimento de algumas variáveis individuais e familiares que poderão ter impacto sobre os resultados desta escala. Foram apresentadas algumas sugestões para o aperfeiçoamento da PSOC e para estudos futuros.

Palavras-chave: Sentido de competência parental, crianças pré-escolares, variáveis sociodemográficas, variáveis familiares, parentalidade,

Sociodemographic and family variables and parental sense of competence

Abstract: Parental sense of competence, operationalized in two different dimensions, satisfaction and efficacy, appears in literature as an important variable to consider in the context of positive parenting. This research aimed to explore parental sense of competence in parents of preschoolers and to understand how it relates or has different contours for different individual and family characteristics. It is also intended to contribute to the psychometric characterization of the *Parenting Sense of Competence Scale* (Johnston & Mash, 1989). Participants were 199 mothers / fathers of preschoolers (3 to 6 years old), who completed a socio-demographic questionnaire, the Parenting Sense of Competence Scale (PSOC) and the Parenting Scale (PS; Arnold, O'Leary, Wolff & Acker, 1993). Results showed acceptable levels of internal consistency for PSOC (.65 to .77). Significant differences were observed in total parental competence or any of its subscales for the following variables: sex and age of the child, sibling position, family socioeconomic status and household composition. Statistically significant correlations were obtained with mother's number of years of schooling and psychological well-being of the respondent. Higher levels of parental competence, satisfaction and effectiveness were recorded in the study sample, when compared with a sample of parents with children of the same age with behavior problems. Comparisons with the PS Questionnaire highlighted negative and significant correlations between the use of negative parenting strategies and sense of parental competence. This study contributes to the psychometric characterization of Parenting Sense of Competence Scale, as well as to the clarification of some individual and family variables that may impact the results of this scale. Some suggestions for the improvement of PSOC and future studies are presented.

Key Words: Parental sense of competence, preschoolers, socio-demographic variables, family variables, parenting.

Agradecimentos

Quero agradecer à Professora Doutora Maria João Seabra Santos todo o apoio, ajuda, compreensão e disponibilidade, bem como todas as críticas construtivas e preciosas sugestões que me deu. A sua sabedoria foi essencial para que chegasse ao fim deste trabalho com um enorme sentimento de satisfação.

É aos professores da faculdade e professores da vida, que agradeço todos os preciosos ensinamentos, todas as vezes em que me apoiaram, em que me ensinaram a fazer melhor, em que acreditaram em mim e foram o meu suporte para me superar a mim mesma.

Quero agradecer aos meus pais por todo o apoio, dedicação, persistência, compreensão, paciência e encorajamento desde sempre e para sempre. Por serem os meus modelos e figuras de vinculação. Por me ensinarem a viver e a lutar por aquilo que quero de forma justa. Por tudo o que têm feito por mim e para mim e por todo o vosso amor incondicional, um infinito obrigada!

Quero agradecer ao meu irmão toda a alegria e boa disposição, e por acreditar sempre em mim e nas minhas capacidades, por todo o seu amor e apoio.

Quero agradecer ao João, o meu namorado por me acompanhar, apoiar, elucidar e ajudar nesta longa caminhada, transmitindo-me sempre a sua força através do seu olhar, sorriso e das suas palavras motivadoras e inspiradoras. Por acreditar sempre em mim e dizer “tu consegues”, por todo o seu amor e respeito. Por tudo, a minha enorme gratidão!

Quero agradecer a todos os meus avós por me ensinarem a viver, e a lutar sempre pelos nossos objetivos, por serem uma prova viva de que a vida é plena e intensa.

Agradeço à Tiny por toda a ajuda e companheirismo.

Agradeço a todas as mães/pais que participaram nesta investigação e a todas as pessoas que tornaram possível a comunicação entre mim e os pais, nomeadamente um muito obrigada à Alicinha, à Deolinda e à D.Gina.

À Minha Família, um enorme obrigada por acreditarem sempre em mim e naquilo que faço e por todos os ensinamentos de vida. E peço-lhes desculpa por muitas vezes não lhes prestar o apoio e presença necessários, devido às numerosas horas de trabalho, esforço, dedicação e sacrifícios. Porém, espero que esta etapa, que agora termino, possa, de alguma forma, retribuir e compensar todo o carinho, apoio e dedicação que, constantemente, me oferecem.

Agradeço a Deus por iluminar o meu caminho e me ajudar sempre!

A eles, dedico todo este trabalho.

Muito obrigada a todos!

Índice

Introdução.....	1
1 – Enquadramento conceptual	2
1.1 Parentalidade	2
1.2 Sentido de Competência Parental.....	5
1.2.1 Satisfação parental.....	5
1.2.2 Sentido de eficácia parental	9
2 - Objetivos.....	12
3 - Metodologia	13
3.1. Amostra	13
3.1.1. Seleção da amostra	13
3.1.2. Caracterização da amostra	13
3.2. Instrumentos.....	18
3.2.1. Questionário Sociodemográfico	18
3.2.2. Escala do Sentido de Competência Parental-PSOC	18
3.2.3. Escala de Estilos Parentais	19
3.3. Procedimentos de Recolha de Dados.....	20
3.4. Procedimentos de Análise de Dados	21
4 - Resultados.....	22
4.1. Análise descritiva da PSOC	22
4.2. Estudos relativos à consistência interna da PSOC.....	23
4.3. Diferenças entre médias em função de variáveis da criança, dos pais e da família	24
4.4. Comparação com os resultados de uma amostra clínica (estudo de validade)	30
4.5. Relação entre os resultados da PSOC e os da Escala de Estilos Parentais	31
5 - Discussão.....	31
6 - Conclusões.....	38
Bibliografia	39
Anexos	45
Anexo 1: Questionário Sociodemográfico	
Anexo 2: Carta aos Diretores dos jardins-de-infância	
Anexo 3: Carta aos Pais	
Anexo 4: Consistência interna PSOC	

Introdução

A parentalidade é descrita como uma das tarefas mais complexas, exigentes, difíceis e com enormes desafios e obrigações para o ser humano (Holden, 2010; Kane, 2005, citado por Barroso & Machado, 2011). Sendo a família o primeiro grupo social no qual estamos inseridos, esta constitui-se como o pilar básico de qualquer sociedade, porque é no seio da mesma que se transmite, aprende, constrói e formam os indivíduos. Ela é, por si só, um sistema dinâmico de interação, onde os cuidados e as dinâmicas internas de funcionamento se processam e em que a modificação num dos elementos do sistema provoca alterações nos restantes. Por outro lado, para além de assegurar a satisfação das necessidades da criança, a parentalidade deve ser fonte de gratificação psicológica para os pais, proporcionando-lhes crescimento e realização pessoal. Deve, pois, ser encarada numa perspetiva de reciprocidade, em que pais e filhos se influenciam mutuamente (Maccoby, 2002).

O sentido de competência parental tem sido operacionalizado em duas variáveis distintas, a satisfação e a eficácia, sendo a primeira uma dimensão de caráter afetivo, que reflete quer a frustração e ansiedade dos pais, quer a motivação para o papel parental, enquanto a segunda é caracterizada como uma dimensão instrumental, traduzindo o grau em que os pais se sentem capazes de resolver problemas e estão familiarizados com a parentalidade (Johnston & Mash, 1989).

Enquanto profissão que se preocupa em ajudar e que estuda o comportamento e os processos mentais dos indivíduos, a Psicologia não pode ficar indiferente a situações que afetam o desenvolvimento e bem-estar psicossocial, sendo fundamental que os psicólogos reconheçam a importância do seu papel na prevenção, identificação e resolução dos problemas identificados pelos clientes.

Em suma, o desempenho das funções parentais exige mudanças significativas na vida das pessoas podendo, muitas vezes, pôr em risco o equilíbrio e o bem-estar da família. Nesta medida, é importante aumentar o conhecimento científico acerca da parentalidade, de modo a proporcionar às famílias, crianças e sociedade em geral o benefício e influência positiva deste conhecimento, em particular no contexto do exercício profissional dos psicólogos que trabalham diretamente com estes sistemas.

Sendo de uma enorme importância o papel dos pais no funcionamento e desenvolvimento psicossocial da criança, pretendemos estudar como é sentida e gerida a tarefa de pais, ou seja, o sentido de competência parental. Assim o presente estudo pretende explorar as variáveis relativas ao sentido de competência parental e a sua relação com variáveis sociodemográficas e familiares, bem como contribuir para a caracterização psicométrica da *Escala de Sentido de Competência Parental* (Johnston & Mash, 1989).

Neste sentido, a primeira parte da presente dissertação é dedicada ao enquadramento conceptual a partir de uma pesquisa da literatura que foca temáticas pertinentes para o estudo (parentalidade, sentido de competência parental: satisfação e eficácia parentais). Na segunda parte são apresentados os objetivos do estudo empírico, sendo a terceira parte dedicada à respetiva

metodologia, com destaque para a descrição da amostra e dos instrumentos utilizados. Na quarta parte apresentam-se os resultados do estudo, cuja discussão é feita na quinta parte. Por fim, são expostas as conclusões da presente investigação (parte 6), onde são destacados os contributos centrais deste trabalho, bem como as suas limitações e sugestões para estudos futuros.

1 – Enquadramento conceptual

1.1 Parentalidade

“Os filhos não precisam de pais extraordinários, mas de seres humanos que falem a sua linguagem e sejam capazes de penetrar no seu coração”

(Cury, 2004, p. 19)

A parentalidade é descrita como uma das tarefas mais exigentes, complexas, difíceis e com enormes obrigações e desafios para o ser humano (Holden, 2010, Kane, 2005, citados por Barroso & Machado, 2011).

Esta função é habitualmente exercida no seio de uma família, que Sampaio e Gameiro (1985, pp. 11-12) definem como “um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados”. Enquanto sistema, a família é um todo integrado noutros sistemas, havendo uma interação entre os seus elementos de tal forma que a modificação num deles provoca alterações nos restantes.

Ao fazer uma abordagem sistémica à família, Relvas (1996) propõe as seguintes cinco etapas de desenvolvimento do ciclo vital, com tarefas específicas de cada uma delas: “Formação do casal” – compromisso entre os elementos do novo casal; “Família com filhos pequenos” – que implica a definição e redefinição de papéis parentais e de limites face ao exterior; “Família com filhos na escola” – em que predomina o dever social da educação; “Família com filhos adolescentes” – em que se assiste a uma flexibilização das fronteiras familiares de modo a aceitar a independência dos filhos; e “Família com filhos adultos” – que envolve a aceitação de múltiplas entradas e saídas na família e intergeracionalidade. É durante a segunda etapa do desenvolvimento do ciclo vital que, de acordo com Relvas (1996, p. 83), “os novos pais organizam o modelo parental”. As tarefas atribuídas a este subsistema dizem respeito à educação e proteção dos mais novos que inclui, para além da transmissão de afeto, o desenvolvimento da capacidade de lidar com o conflito e negociar, por parte dos pais, bem como a aprendizagem do sentido da autoridade. O sentido de pertença e filiação é, em grande parte, resultado do exercício desta interação. O modo de funcionamento do subsistema parental repercute-se no bem-estar das famílias e no desenvolvimento futuro dos seus membros.

Segundo a Teoria Geral dos Sistemas, de Von Bertalanffy, a família para além de funcionar como um todo complexo e integrado, funciona

também como parte dos sistemas mais complexos na qual está integrada e com os seus próprios subsistemas (Relvas, 1996), estando em contínua interação, podendo evoluir para estados de maior complexidade (Bertalanffy, 1965). Assim, não se pode perceber os indivíduos individualmente, ou as relações em família, sem perceber a sua interdependência, a ligação relacional que os une.

Com a evolução da sociedade o conceito de família modificou-se ao longo dos anos e, conseqüentemente ocorreram também mudanças nos papéis parentais (Bayle, 2005). Face a esta evolução, é possível fazer referência a seis novas formas de família (Alarcão, 2006): famílias reconstituídas, monoparentais, adotivas, de homossexuais, de colocação e famílias comunitárias. Neste contexto, podemos referir como Ausloos (2003) que os casais fazem os filhos, assim como os filhos fazem os pais. Contudo, em muitos casos (e.g., famílias monoparentais, casais sem amor), o subsistema conjugal desaparece, permanecendo apenas o subsistema parental.

Porém, seja qual for o tipo de família no contexto da qual se exerce a parentalidade, o desempenho desta exige dos pais uma relação próxima com os seus filhos. De acordo com Bayle (2006, p.39), a parentalidade consiste num “processo maturativo que leva a uma reestruturação psicoafetiva, permitindo a dois adultos tornarem-se pais, isto é, responderem às necessidades físicas, afetivas e psíquicas dos seus filhos”, no sentido de proporcionar um núcleo de amor incondicional, assegurando a sobrevivência e o desenvolvimento da criança (Hoghugh, 2004). Neste contexto, Houzel (1997, citado por Algarvio & Leal, 2004) defende que o conceito de parentalidade abrange ambos os pais, chamando, contudo, a atenção para particularidades específicas de cada progenitor, como a personalidade, as atitudes, os comportamentos e as crenças (Houzel, 1997, citado por Algarvio & Leal, 2004). Por outro lado, para além de assegurar a satisfação das necessidades da criança, a parentalidade deve também proporcionar aos pais crescimento e realização pessoal, deve ser fonte de gratificação psicológica.

Várias funções têm sido associadas à família (Papalia, Olds, & Feldman, 2001), como os cuidados primários, ou seja, satisfazer as necessidades básicas da criança, garantindo o seu bem-estar. Estes cuidados materiais disponibilizados pela família permitem o desenvolvimento da criança num mundo físico previsível e estruturado. Também os cuidados sociais fazem parte destas funções e abrangem os vários comportamentos familiares no sentido de possibilitar trocas interpessoais à criança. Outra função associada à família consiste na estimulação da integração no mundo exterior e da compreensão da criança relativamente a ele, respondendo, desta forma, às suas necessidades de compreensão cognitiva de outras realidades existentes fora da família. Todas estas funções contribuem para a realização da satisfação das necessidades de segurança, afeto e confiança da criança (Bornstein, 2002).

Relvas e Lourenço (2001) consideram que o nascimento de um filho representa para a família “uma fase de transição do seu ciclo evolutivo, comportando-se como uma fonte de stress esperável e normativa (crise) ”.

As autoras acrescentam, ainda, que esta é “uma transição-chave no ciclo de vida familiar” (p. 122). Por outro lado, sendo a parentalidade uma condição permanente e irreversível, exige adaptações por parte dos pais ao longo de cada etapa do desenvolvimento dos filhos (Palacios, 2005). Assim, em cada momento esta tarefa requer o domínio de novas competências e a reformulação de identidades. Por tal motivo, a adaptação à parentalidade pode caracterizar-se pelo surgimento de sentimentos de insegurança, incapacidade, tensão emocional e ansiedade, os quais podem comprometer a saúde da criança e dos próprios pais, no imediato ou no futuro, visto que colocam problemas novos, muitos dos quais os pais não estão suficientemente preparados para enfrentar com a serenidade desejável.

Hoghugh (2004) apresenta um modelo de parentalidade através do qual se pode compreender a complexidade no processo de educar os filhos e como é importante a presença dos pais para o desenvolvimento dos filhos. Para além desta presença, a criança está dependente do ambiente que a rodeia e das respostas que dele obtém. Assim sendo, os pais, que são geralmente os prestadores de cuidados, vão responder às suas solicitações, permitindo-lhe o seu desenvolvimento.

Também neste contexto da parentalidade, Belsky constitui um nome incontornável. Este autor propôs um modelo acerca dos determinantes do comportamento parental, no qual inclui a história de desenvolvimento e os recursos psicológicos dos pais, a criança e as suas características e os fatores contextuais (Belsky, 1984). Assim, a parentalidade tem sido estudada em função desta tríade (pais, filhos, contexto), dentro da qual os fatores socioeconómicos, culturais, o bem-estar psicológico e físico dos pais, as características pessoais dos filhos e da própria comunidade são variáveis que podem influenciar os padrões de comportamento parental. Por outro lado, numa perspetiva intergeracional, inevitavelmente as representações mentais que temos da família assentam nos modelos e experiências prévios, conhecimento e valores que temos da nossa própria família (e por ela transmitidos) mas também de todas as outras que conhecemos e com as quais tivemos contacto ao longo do nosso processo de crescimento, desenvolvimento e socialização. Por conseguinte, a ação parental é influenciada pelos modelos anteriores, levando à repetição da educação recebida ou à sua negação (Papalia, Olds, & Feldman, 2001).

Numa apreciação crítica ao modelo inicial de Belsky (1984), surge o modelo ecológico da parentalidade, conforme a descrição de Luster e Okagaki (2005), que destaca os efeitos do contexto social no processo de parentalidade, especificamente ao nível da contextualização das crenças e heranças culturais nos comportamentos parentais. De acordo com esta perspetiva, também Bronfenbrenner (1994) refere que as especificidades relativas ao desempenho do papel parental requerem a implementação de uma perspetiva ecológica e holística, que contemple os diversos sistemas contextuais em que a família se insere.

A parentalidade não poderá ser abordada apenas sob o ponto de vista da influência dos pais sobre os filhos, mas sob uma perspetiva de reciprocidade, em que pais e filhos se influenciam mutuamente. É neste

contexto que as crianças sentem as suas necessidades satisfeitas por influência dos pais, e os pais, por sua vez, sentem que não só influenciam os seus filhos, como também são influenciados por eles, na medida em que dão e recebem ternura e amor, através da construção de uma relação vinciativa que garante a ambos satisfação emocional (Maccoby, 2002). Porém, apesar da influência dos pais sobre os filhos ser preponderante, reconhece-se que esta é maior quando a criança é mais pequena.

Em suma, a parentalidade constitui-se como “uma das profissões mais difíceis (...) e é a única para a qual não há formação” (Ausloos, 2003, p. 149), visto que o desempenho das funções parentais exige mudanças significativas na vida das pessoas podendo, muitas vezes, pôr em risco o equilíbrio e o bem-estar da família. Porém, o aumento do conhecimento científico sobre parentalidade poderá fazer com que o processo seja vivenciado de forma mais satisfatória e gratificante.

1.2 Sentido de Competência Parental

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

(Madre Teresa de Calcutá, acedido de <http://kdfrases.com/frase/106404>)

O sentido de competência parental tem sido operacionalizado em duas variáveis distintas: a satisfação e a eficácia. A primeira é uma dimensão de carácter afetivo, que reflete por um lado a frustração e a ansiedade dos pais e por outro lado a motivação para o papel parental. Já a segunda é caracterizada como uma dimensão instrumental, traduzindo o grau em que os pais se sentem eficazes, capazes de resolver problemas e estão familiarizados com a parentalidade (Johnston & Mash, 1989).

A competência parental tem uma componente sociocultural importante, na medida em que está relacionada com um conjunto de ideias presentes na sociedade em geral sobre a qualidade da parentalidade. Isto é, a opinião e as críticas dos sistemas envolventes à família têm um forte impacto sobre o sentido de competência parental. Para além das influências dos sistemas envolventes, também as crenças parentais (Bugental, 1987, Goodnow, 1988, Sigel, 1985, citados por Johnston & Mash, 1989), que são de natureza multidimensional (autopercções, expectativas, raciocínio, sistemas de crenças) influenciam o sentido de competência parental (Johnston, & Mash, 1989).

1.2.1 Satisfação parental

“Perhaps the most emotionally charged area of human existence is our relationships with our children”

Goetting (1986, p. 83)

Atualmente olhamos para as famílias como fonte de gratificação psicológica, em que, na maior parte dos casos, e ao contrário do que acontecia no passado, os pais pensam antecipadamente e desejam ter os filhos, constituindo a reprodução uma opção. Tal situação pode influenciar o

nível de satisfação parental, na medida em que se acentua o domínio e controlo que os sujeitos podem ter sobre a sua descendência, isto é, o facto de poderem escolher em que fase das suas vidas querem ter filhos e o número de filhos desejado, assumindo a parentalidade um valor fundamental na definição de estilos de vida e na satisfação geral com a vida (Guidubaldi & Cleminshaw, 1985).

De acordo com Vieira, Ávila e Matos (2012) o conceito de satisfação parental pode ser definido como a satisfação sentida no papel parental, bem como o sentimento de gratificação relativamente às responsabilidades parentais para com a criança (Mouton & Tuma, 1988).

O estudo do grau de satisfação parental é importante, na medida em que possibilita a compreensão das causas que levam os pais a descreverem-se como satisfeitos, ou pelo contrário como insatisfeitos, clarificando, deste modo, um aspeto central da parentalidade. Por outro lado, também nos possibilita acesso à informação acerca da satisfação dos pais, numa vertente prática, o que pode dar lugar à introdução de aperfeiçoamentos na área da intervenção psicológica (Kapp & Vella, 2004).

Segundo Goodnow e Collins (1990, citado por Cruz, 2005), tendo em conta as interações entre as cognições, os afetos e comportamentos da parentalidade, os sentimentos parentais refletem uma avaliação cognitiva, de acordo com três circunstâncias que podem, simultânea ou isoladamente, surgir e atuar como fontes de satisfação parental: quando os pais sentem que são capazes de atuar de acordo com as suas ideias (e.g. o modo como os pais utilizam o reforço positivo ou os castigos corporais); quando percecionam uma concordância entre o comportamento e as conquistas do filho e as expetativas que tinham relativamente a ele (e.g. quando os pais têm a expetativa de o filho ser um bom aluno e este apresenta comportamentos de acordo com essa expetativa ao tirar boas notas e estudar); e quando se sentem competentes no seu papel de pais.

Por conseguinte, para que consigam obter satisfação parental, os pais necessitam de ser eficazes nas tarefas parentais (Hudson et al., 2001, citados por Simões, Leal, & Maroco, 2010). Isto é, os pais competentes, eficazes e que se sentem mais satisfeitos com a parentalidade têm mais confiança nas suas capacidades, pois experienciam um sentimento de capacitação no seu papel parental que facilita a relação com as crianças, fazendo com que até mesmo as tarefas mais desgastantes relacionadas com a parentalidade sejam pouco salientes e permitindo-lhes, pelo contrário, desfrutar de uma forma positiva do papel de mãe/pai (Cruz, 2005). Neste sentido, os estudos de Coleman e Karraker (2000) referem que a autoeficácia pode ter um impacto direto na satisfação com o papel parental. Portanto, quanto mais os pais se sentem eficazes, maior é a satisfação parental. Reciprocamente, uma maior satisfação parental está relacionada com níveis superiores de eficácia parental, tal como é percecionada pelos pais (Binda & Crippa, 2000, citados por Jones & Prinz, 2005).

Quando abordamos o tema da satisfação parental, faz sentido refletir sobre os fatores que a influenciam. Neste campo tem sido destacada a importância de variáveis sociodemográficas como o género dos pais/filhos, a

idade dos filhos, o suporte social, o número de filhos do casal, o nível de escolaridade, o nível socioeconómico e o estado civil dos pais. Igualmente importantes neste contexto são as variáveis familiares como a idade em que se tornaram pais, o nível de satisfação conjugal e a satisfação parental ao longo do ciclo de vida familiar.

Deste modo, e relativamente às características das crianças, vários estudos (Gibaud & Wandersman, 1978, Johnston & Mash, 1983, citados por Johnston & Mash, 1989) mostram que os pais que assinalaram mais problemas de comportamento nos filhos são aqueles que pontuam níveis mais baixos de sentido de competência parental, particularmente na subescala da Satisfação, o que remete para a ligação entre esta e os problemas de comportamento das crianças.

No que diz respeito à variável género, os estudos têm-se traduzido em resultados divergentes, embora revelem que as mulheres, em geral, apresentam níveis mais elevados de satisfação parental que os homens, provavelmente porque existe uma diferenciação de papéis que leva a que a satisfação seja sentida de forma diferente por pais e mães (Canavarro & Pedrosa, 2005). Também o género dos filhos influencia a satisfação parental: segundo Maccoby e Jacklin (1974) os pais tratam os filhos de formas diferentes, de acordo com os papéis sexuais, isto é, os comportamentos, atitudes e habilidades que uma cultura considera apropriados para o sexo masculino e feminino e se espera que sejam seguidos. Estes papéis incluem expectativas de personalidade, como por exemplo, que as mulheres sejam condescendentes e carinhosas enquanto os homens deverão ser ativos e competitivos (Papalia, Olds & Feldman, 2001). Portanto, os pais identificam e consideram apropriados comportamentos e reações emocionais para meninos ou meninas, desde o nascimento.

O suporte social (Bonds, Gondoli, Sturge-Apple, & Salem, 2002), que influencia contextualmente a satisfação parental, serve como proteção, isto é, o apoio proporcionado aos pais (por familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho ou outros), constitui fonte de bem-estar psicológico, surgindo habitualmente associado a comportamentos e atitudes parentais mais competentes e positivas (Crockenberg, 1987, citado por Osofsky & Thompson, 2000).

O número de filhos é, igualmente, uma variável demográfica cuja importância para a satisfação dos pais tem sido demonstrada por diversos estudos (Flouri & Buchanan, 2003; Wood, & Repetti, 2004) que encontram uma correlação negativa entre o tamanho da família e a qualidade da parentalidade. Neste sentido, existem, também, evidências de que a parentalidade tende a ser considerada como maior fonte de stresse por pais com muitos filhos (Kurdek, 1998) e que as mães com apenas um filho sentem maior satisfação do que aquelas que têm dois, três e quatro filhos (Nye, Ivan, Carlson, & Garrett, 1970, citados por Goetting, 1986). Surpreendentemente, os mesmos autores verificaram também que o nível de satisfação materna era de novo superior nas mães que tinham mais de quatro filhos. Uma explicação possível para este facto prende-se com a ajuda que recebem dos filhos mais velhos em algumas tarefas (Weisner & Gallimore,

1977, citados por Goetting, 1986), ou então, com o grau de competência e eficácia que vão adquirindo ao longo do tempo.

O nível de escolaridade dos pais não parece interferir sobre a sua satisfação com a parentalidade (Chilman, 1979, citado por Goetting, 1986). No entanto, os pais com níveis mais elevados envolvem-se mais nas tarefas relacionadas com a escola/creche dos filhos e apresentam maior motivação para a parentalidade, com maior consciência das necessidades de desenvolvimento das crianças (Cabrera, Shannon, & Tamis-LeMonda, 2007), quando comparados com pais com níveis mais baixos de escolaridade. Por sua vez, os pais com baixo nível escolar parecem valorizar mais a experiência da parentalidade, sentindo-se mais preenchidos no papel de pais que aqueles que possuem um nível educacional mais elevado (Veroff et al., 1981, citados por Goetting, 1986).

Em relação ao estatuto socioeconómico, as famílias com nível médio e superior tendem a dividir as tarefas e responsabilidades parentais e a dar mais apoio aos filhos (Arendell, 1996). Porém, pais com um nível socioeconómico baixo, e supondo que têm empregos menos diferenciados, retiram pouco prazer da sua atividade profissional depositando o seu bem-estar psicológico e a sua autovalorização na parentalidade e também nos sonhos que projetam nos seus filhos, de modo a que estes possam realizar o que os pais não conseguiram.

No que diz respeito às variáveis familiares, outro aspeto que parece estar relacionado com a satisfação parental é o estado civil dos pais. Veroff (1981, citado por Goetting, 1986) refere que esta variável pode contribuir para a satisfação parental. Segundo o autor, os pais-homens divorciados/separados, realçam aspetos mais positivos da parentalidade e apresentam uma satisfação parental mais elevada do que os casados e do que as mães divorciadas/separadas. E os pais-homens solteiros alcançam níveis mais altos de satisfação, vivendo mais intensamente a paternidade, talvez como compensação pela ausência de satisfações internas sob a forma de recompensas conjugais, ou porque são afastados da rotina diária da educação dos filhos – o trabalho mais penoso. Após o divórcio, quando existem acordos de custódia partilhada, os pais apresentam uma maior satisfação parental do que as mães (Ahrons, 1983; Benjamin & Irving, 1990; Emery, 1988, citados por Arendell, 1996).

Em relação à satisfação conjugal, Arendell (1996) realça a ligação entre esta e a satisfação parental. Segundo Snarey (1993, citado por Arendell, 1996), os pais que se sentem bem no subsistema conjugal estão mais satisfeitos com a sua parentalidade. Tal ocorre, provavelmente porque os casais que se sentem satisfeitos com a sua relação e que estão de acordo quanto aos seus estilos parentais aprovam e reconhecem os esforços do outro enquanto mãe/pai. Porém, de acordo com Kurdek (1998), a tendência para a satisfação parental tem mais a ver com as diferenças individuais, como a história desenvolvimental de cada um, ou seja, as experiências que tiveram com os próprios pais, do que com as características dos companheiros, ou com a interação entre estas diversas variáveis.

Finalmente, e numa perspetiva desenvolvimental, os estudos afirmam

que a satisfação parental pode estar relacionada com o ciclo de vida da família em que os pais se encontram (Brage et al., 2003), sendo o grau de satisfação maior durante as primeiras etapas e diminuindo na etapa da família com filhos adolescentes (Veroff & Feld, 1970, Lowenthal, 1975, citados por Goetting, 1986). Portanto, a satisfação parental pode ir sofrendo alterações ao longo do ciclo de vida familiar.

1.2.2 Sentido de eficácia parental

“People’s beliefs about their capabilities to produce designated levels of performance exercise influence over events that affect their lives”
(Bandura, 1994)

Bandura (1997) define o sentido de autoeficácia como as expectativas para lidar com êxito em situações futuras.

Aplicando o modelo de Bandura ao domínio parental, a percepção de autoeficácia parental refere-se ao grau em que os pais se sentem competentes e confiantes na resolução de problemas relativos aos seus filhos. Neste sentido, há que distinguir dois aspetos: a autoeficácia parental (ser eficaz) e as crenças de autoeficácia parental (sentir-se eficaz). Relativamente ao primeiro, podemos afirmar que os pais são eficazes nas suas tarefas parentais quando desempenham o seu papel com sucesso, demonstrando persistência perante adversidades e utilizando mecanismos de *coping* (Bandura, 1997). No que diz respeito às crenças de autoeficácia parental, estas referem-se às capacidades que os pais acreditam possuir para atingir determinados níveis de desempenho, ou seja, as percepções que possuem sobre a sua própria competência parental, as quais parecem estar significativamente relacionadas com a satisfação parental (Bandura, 1997; Coleman & Karraker, 1997; Erdwins, Buffardi, Casper, & O’Brien, 2001).

Coleman & Karraker (2000) definem a autoeficácia parental como as percepções que os pais têm das suas capacidades para influenciar positivamente o comportamento e o desenvolvimento dos filhos. Neste contexto, pais com uma elevada autoeficácia, provavelmente, estarão recetivos aos inúmeros e constantes desafios da parentalidade, atingindo assim um sentimento de realização pessoal face ao esforço despendido em algo que valorizam e retirando satisfação do seu papel parental. Também Teti e Gelfand (1991) definiram autoeficácia parental como as crenças que os pais têm relativas à capacidade de executar com competência e eficiência uma determinada tarefa, isto é, o modo como os pais se percebem como capazes e eficazes.

Em conformidade com o que foi dito anteriormente, Bandura (1997) considera que as crenças de autoeficácia se desenvolvem e alteram em função do desempenho atual do sujeito (experiências de êxito), da observação do desempenho dos outros significativos (experiência vicariante), da persuasão social e das inferências que o próprio faz das suas reações fisiológicas e emocionais. Neste sentido, fala-se em expectativas de eficácia para referir as expectativas pessoais em relação à capacidade de realizar determinado comportamento desejado. Assim, estas não refletem as competências pessoais, mas as crenças, os julgamentos e avaliações que o

próprio faz sobre as competências que possui para executar comportamentos específicos em situações específicas.

A percepção de eficácia parece ter um papel chave no funcionamento humano uma vez que afeta diretamente os comportamentos, sentimentos, escolhas, níveis de motivação, resiliência em relação às adversidades e vulnerabilidade ao stress do próprio indivíduo. Deste modo, as crenças de autoeficácia orientam o comportamento, influenciam a maneira como as pessoas sentem, pensam, e também como se motivam e agem (Bandura, 1997; Zukosky, 2009, citado por Salonen, 2010), determinando as tentativas e o esforço do sujeito para atingir determinado desempenho (Bandura, 1997). Assim, as crenças de autoeficácia podem ser um fator importante para compreender o envolvimento parental (Jacobs & Kelley, 2006), na medida em que o facilitam e promovem. Nesta linha de pensamento, Jones (2006), afirma que a autoeficácia parental está associada ao sentimento de competência, dado que quando os pais se sentem bem no desempenho do seu papel parental e acreditam que são bons pais, são de facto mais eficazes. Coleman e Karraker (2003) acrescentam que a confiança é um fator preponderante no sentido de competência parental.

É ainda de salientar que a autoeficácia parental é descrita como uma variável cognitiva, com uma função motivacional (Bandura, 1997). Neste sentido, é importante realçar o contributo de algumas investigações (Bugental, 1987; Goodnow, 1988; Sigel, 1985, citados por Johnston & Mash, 1989) que apresentam os vários tipos de cognições parentais, como as atribuições parentais, o raciocínio, o autocontrolo, as expectativas, os estilos de processamento de informações e o sistema de crenças, sugerindo uma ligação entre estas e o comportamento. Haverá, assim, uma inter-relação entre o sentido de autoeficácia parental e as práticas parentais (Bandura, 1997; Erdwins, Buffardi, Casper, & O'Brien, 2001). Neste contexto, Newberger e Cook (1983, citados por Johnston & Mash, 1989) constataram que as mães abusivas e negligentes mostraram níveis de autoeficácia parental baixos e expectativas irrealistas para o comportamento dos filhos, comparativamente às mães não abusivas (Azar et al., 1984, citados por Mash & Johnston, 1989), bem como uma baixa capacidade de resolução de problemas, que remete claramente para menores níveis de eficácia parental.

Neste sentido, o processamento cognitivo envolve atribuições parentais relativas à interpretação da pessoa sobre o seu desempenho. Abrange, ainda, os sentimentos, pensamentos e emoções (componentes psicológicas) dos pais que, segundo Bandura, se manifestam através de estados afetivos e fisiológicos, os quais, por sua vez, constituem uma fonte das crenças de autoeficácia parental. Isto é, os pais dependem de informações somáticas para julgar as suas competências: por exemplo, quando os pais pegam no bebé ao colo e começam a tremer, demonstram claramente que estão a pensar no medo de o magoar ou deixar cair, o que se manifesta através do tremer, que é interpretado por eles como não tendo confiança em si, podendo gerar uma noção de autoeficácia parental baixa.

Por conseguinte, o sentido de eficácia parental é potencialmente determinado por fatores de vária ordem, relacionados quer com os pais, quer

com as crianças e ainda com os contextos. Dentro dos fatores relacionados com os pais é de referir a experiência parental, isto é, o que os pais fazem e a experiência que tiveram com os seus próprios pais contribuem para o sentido de eficácia parental. De acordo com Bandura (1997), também a experiência prévia dos pais enquanto pais influencia o sentido de eficácia parental, pois este é menor quando existe menos experiência, ou seja, quando os pais exercem esta função há menos tempo. Tem, igualmente, sido demonstrado que o sentido de eficácia parental se encontra inversamente correlacionado com a presença de sintomas depressivos nos pais (Bandura, 1997; Gondoli & Silverberg, 1997; Teti & Gelfand, 1991), os quais interferem negativamente com o desempenho e competência parentais e com o stresse parental (Fox & Gelfand, 1994, Gross, Fogg, & Tucker, 1995, Scheel, & Riechmann, 1998, todos citados por Jones, 2006), tendo um impacto negativo na satisfação parental (Coleman & Karraker, 2000; Laws & Millward, 2001, citados por Jones, 2006).

Os fatores relativos à criança com potencial impacto sobre o sentido de eficácia parental incluem o grau de comportamento problemático desta. Neste contexto Jones (2006) refere que existe uma relação entre a eficácia parental e comportamentos problemáticos das crianças. Nesta linha de pensamento, também Bugental (1987, Bugental, & Shennum, 1984, citados por Johnston & Mash, 1989) demonstrou que o sentido de eficácia parental regula as relações pais-filhos, sendo que as mães/pais com baixos níveis de autodomínio sobre o comportamento da criança lidam de forma ineficaz com o comportamento difícil desta. Johnston & Mash (1989) acrescentam ainda que os níveis de eficácia parental são menores em pais de crianças hiperativas e mais velhas, comparativamente aos pais de crianças sem hiperatividade. Assim, o comportamento da criança pode ser um importante preditor do sentido de autoeficácia parental, sendo que o comportamento problemático se encontra associado a baixa perceção de autoeficácia parental, enquanto o comportamento positivo está relacionado com níveis mais elevados da mesma. Portanto, quando os filhos não apresentam problemas de comportamento, os pais sentem-se com uma maior capacidade parental, o que aumenta a autoeficácia parental (Jones, 2006).

De entre os fatores relativos à criança que são suscetíveis de desencadear níveis mais baixos de sentido de eficácia parental é, igualmente, apontado o temperamento difícil, considerado como uma característica inata que pode ser refletida no nível de atividade, humor e expressão de emoções. Neste sentido, há evidências de que níveis mais elevados de temperamento difícil estão associados a uma menor eficácia parental (Coleman & Karraker, 2000; Porter & Hsu, 2003, citados por Jones, 2006; Teti & Gelfand, 1991).

Por fim, é de salientar que os fatores contextuais como, por exemplo, o suporte social e conjugal, estão positivamente relacionados com a eficácia parental (Bogenschneider et al., 1997, Cutrona & Troutman, 1986, Izzo et al., 2000, citados por Jones, 2006; Teti & Gelfand, 1991). Relativamente às relações conjugais, constatou-se que as de menor suporte e pautadas por mais conflito conjugal podem não permitir que o casal manifeste comportamentos consistentes de disciplina para guiar e direcionar os filhos,

traduzindo-se em parentalidades menos eficazes (Christensen & Margoli, 1988, citados por Gable, Belsky, & Crnic, 1992). Ainda dentro deste conjunto de variáveis, sobretudo no contexto económico atual, temos que ter em consideração os recursos financeiros da família (Brody, Flor & Gibson, 1999; Elder, Eccles & Lord, 1995; Coleman & Karraker, 2000), pois o stresse económico parece ter um efeito negativo nas funções e comportamentos parentais. Pelo contrário, o apoio social e o tipo de estrutura familiar parecem modificar o impacto da privação e coação económica, moderando os seus efeitos adversos (Bandura, 1997, Elder, Eccles & Lord, 1995). Resumindo, as perceções de autoeficácia parental são influenciadas pela experiência parental, saúde mental dos pais (e.g., depressão parental), comportamento e temperamento do(s) filho(s), apoio social e problemas económicos, entre outros fatores.

2 - Objetivos

A presente investigação tem como objetivos:

- Analisar o Sentido de Competência Parental numa amostra de pais da população em geral;
- Estudar características psicométricas do instrumento *Sentido de Competência Parental* (PSOC);
- Avaliar os níveis de competência parental percecionados por pais de crianças da população em geral – estudo normativo;
- Relacionar a satisfação/eficácia parental com variáveis relativas à criança, aos pais e à família;
- Comparar o Sentido de Competência Parental da amostra em estudo (normativa) com os de uma amostra clínica (pais de crianças com problemas de comportamento do tipo externalizante);
- Compreender se existe relação entre os resultados da escala PSOC (satisfação e eficácia) e os de uma escala que avalia estilos parentais (EEP).

Mais especificamente, a presente investigação pretende responder às seguintes questões:

- Será que as mães/pais das raparigas se percecionam como tendo níveis de competência parental diferentes das mães/pais dos rapazes?
- Será que os níveis percecionados de competência parental das mães/pais são diferentes em função da idade dos seus filhos?
- Até que ponto a posição da criança na fratria influencia os níveis de competência parental percecionados pelos pais?
- Será que existe relação entre a idade e o número de anos de escolaridade da mãe e o sentido de competência parental?
- Será que os níveis de competência parental diferem em função do estatuto conjugal?
- Será que os níveis percecionados de competência parental das mães/pais são diferentes consoante o nível socioeconómico da família?
- Será que os pais que apenas têm um filho apresentam níveis de satisfação/eficácia diferentes dos que têm mais do que um filho?

- Será que os níveis de competência parental percebidos pelas mães/pais diferem em função da composição do agregado familiar?
- Será que existem diferenças estatisticamente significativas na percepção de competência parental de mãe e pai?
- Será que existe relação entre os níveis percebidos de competência parental das mães/pais e o bem-estar psicológico do respondente?
- Será que existem diferenças estatisticamente significativas no sentido de competência parental, entre a amostra clínica e normativa?
- Será que existe relação entre a escala PSOC e a EEP?

3 - Metodologia

3.1 Amostra

3.1.1 Seleção da amostra

Os participantes são definidos em função das características que o investigador quer estudar (Guerra, 2006). Neste sentido, os critérios de inclusão dos participantes para este estudo foram os seguintes: pais de crianças em idade pré-escolar (entre os 3 e os 6 anos de idade) a frequentarem jardins-de-infância durante o ano letivo de 2012/2013. Como critérios de exclusão definimos a identificação dos seguintes tipos de problemas nas crianças: problemas de desenvolvimento, problemas de comportamento e problemas sensoriais.

A amostra foi recolhida em vários jardins-de-infância (um privado, três IPSS e cinco públicos), com facilidade de acesso, de diversas localidades de Portugal: Porto, Alfândega da Fé, Aveiro, Gafanha da Nazaré, Coimbra e Portalegre. A recolha dos dados foi realizada entre Setembro de 2012 e Fevereiro de 2013. No âmbito da realização da nossa investigação, utilizou-se o método de amostragem não probabilística do tipo amostra de conveniência. De acordo com os critérios definidos foi recolhida uma amostra composta por 199 sujeitos.

3.1.2 Caracterização da amostra

A amostra utilizada no presente estudo integra 199 mães/pais de crianças em idade pré-escolar (dos 3 aos 6 anos de idade), que efetuaram o preenchimento do protocolo de investigação. De salientar ainda que para um dos estudos realizados foi utilizada uma amostra clínica previamente recolhida. A análise comparativa das duas amostras será explorada no ponto 4.4.

A Tabela 1 apresenta as características sociodemográficas das crianças relativamente às quais os respetivos pais preencheram os questionários incluídos no protocolo de avaliação para a presente investigação. Pode-se constatar que, quanto à variável sexo, a nossa amostra contém um maior número de crianças do sexo feminino (57.3%) comparativamente às do sexo masculino (42.7%). Dentro do intervalo de

idades, regista-se um número mais elevado de crianças com 4 e 5 anos ($M = 4.24$; $DP = 0.96$), correspondendo a 32.2% e a 31.7% dos sujeitos, respetivamente. No que respeita à variável seguimento em consultas de Psiquiatria e/ou Psicologia, do total da nossa amostra, 7 crianças já frequentaram consultas, sendo os motivos apontados os seguintes: ciúmes pelo nascimento de um irmão, divórcio dos pais, negligência pré-escolar, perturbação alimentar, problemas na escola e terrores noturnos. Estes casos não se enquadram nos critérios de exclusão acima referidos, pelo que foram incluídos na amostra. Dos problemas médicos apresentados por algumas crianças (13.1% do total da amostra) a asma é o mais frequente, com um total de 7 crianças a manifestarem esse problema (3.5%). Importa ainda salientar que apenas uma criança recebe apoio educativo em terapia da fala, devido a dificuldades de linguagem. Quanto à posição na fratria, 44.0% das crianças são filhos únicos, 33.2% são segundos filhos e 15.0% têm um irmão mais novo.

Tabela 1: Dados referentes às crianças

	Frequência (N)	Percentagem (%)
Sexo		
Feminino	114	57.3
Masculino	85	42.7
Idade		
3	53	26.6
4	64	32.2
5	63	31.7
6	19	9.5
	$M = 4.24$; $DP = 0.96$	
Seguimento consultas Psi		
Sim	7	3.5
Não	191	96.5
Problemas médicos		
Sim	26	13.1
Não	172	86.9
Apoios educativos		
Sim	1	0.5
Não	196	99.5
Posição na fratria		
Filho único	85	44.0
Primeira	29	15.0
Segunda	64	33.2
Terceira	13	6.7
Outra	2	1.0

No que diz respeito à caracterização dos progenitores da nossa amostra, apresentada na Tabela 2, pode-se constatar que a idade das mães varia entre os 23 e os 52 anos, sendo o seu valor médio igual a 36.09 anos ($DP = 5.49$), e a idade dos pais varia entre os 24 e os 55 anos, com uma

média de idades de 37.24 anos ($DP = 5.65$).

Relativamente ao estado civil evidencia-se o facto de a maioria das mães (82.8%) e, de um modo paralelo, dos pais (84.9%), serem casados ou viverem em união de facto.

Quanto às Habilitações Literárias verifica-se que, quer para as mães (50.5%), quer para os pais (40%), o nível predominante é o ensino superior e pós-graduações.

No que respeita à variável profissão pudemos constatar (dados não apresentados no quadro) que a mais frequente para as mães é a profissão de professora (12.6%), havendo, igualmente, uma percentagem apreciável de desempregadas (6.5%) e de domésticas (5%). Já nos pais, o valor modal encontra-se associado aos engenheiros (9%), havendo também uma taxa elevada de desempregados (5.5%).

Tabela 2: Dados referentes aos progenitores

	Frequência (N)	Percentagem (%)
Idade Mãe		
[20-25[3	1.5
[25-30[20	10.3
[30-35[49	25.1
[35-40[66	33.8
[40-45[46	23.6
[45-50[9	4.5
[50-55]	2	1.0
$M = 36.09; DP = 5.49$		
Estado civil Mãe		
Casada/União de facto	164	82.8
Solteira	16	8.1
Viúva	3	1.5
Divorciada/Separada	15	7.6
Habilitações Literárias Mãe		
1º e 2º ciclo	14	7.3
3º ciclo	32	16.7
Ensino secundário	49	25.5
Estudos superiores e pós-graduados	97	50.5
$M = 13.86; DP = 4.50$		
Idade Pai		
[20-25[1	0.5
[25-30[11	5.9
[30-35[47	25.3
[35-40[74	39.8
[40-45[31	16.7
[45-50[17	9.1
[50-55]	5	2.7
$M = 37.24; DP = 5.65$		
Estado civil Pai		
Casado/União de facto	163	84.9
Solteiro	14	7.3
Divorciado/Separado	15	7.8
Habilitações Literárias Pai		
1º e 2º ciclo	12	6.7
3º ciclo	54	30.0
Ensino secundário	42	23.3
Estudos superiores e pós-graduados	72	40.0
$M = 12.89; DP = 4.23$		

Foram ainda analisados alguns dados relativamente à família (cf. Tabela 3), que permitiram caracterizar as variáveis número de filhos e nível socioeconómico. Assim, relativamente ao nível socioeconómico (Almeida,

1988)¹ constata-se que a maioria das famílias (49.7%) é de nível médio.

Verifica-se também que a maioria dos pais da nossa amostra tem dois filhos (47.4%), seguidos de pais apenas com um filho (44.3%). Através da análise das variáveis anteriores, aprofundamos os dados familiares, identificando como etapa do ciclo vital predominante da nossa amostra a “família com filhos pequenos”. No que concerne à variável coabitação, a maioria das crianças vive com o pai, mãe e irmão(s) (46.9%).

Quanto ao preenchimento dos instrumentos da nossa investigação a grande maioria (78.3%) foram respondidos pela mãe, tendo alguns deles sido respondidos pelo pai (13.6%), e uma pequena percentagem por ambos (4.5%) ou por outros familiares (3.5% pela avó, avô, uma tia ou um tio). Por fim, considerou-se ainda o bem-estar psicológico de quem respondeu ao protocolo de investigação e verificou-se que 52.5% dos sujeitos o identificam como “*bom*” ou mesmo “*muito bom*” (30.3%), e apenas um sujeito classifica o seu bem-estar psicológico como sendo “*muito mau*”.

¹ A classificação de Almeida (1988) considera três níveis diferentes:

Nível socioeconómico baixo: trabalhadores assalariados, por conta de outrem, trabalhadores não especializados da indústria e da construção civil, empregados de balcão no pequeno comércio, contínuos, cozinheiros, empregados de mesa; empregadas de limpeza, pescadores, rendeiros, trabalhadores agrícolas, vendedores ambulantes, trabalhadores especializados da indústria (mecânicos, eletricitas), motoristas; até ao 8º ano de escolaridade obrigatória.

Nível socioeconómico médio: profissionais técnicos intermédios independentes, pescadores proprietários de embarcações; empregados de escritório, de seguros e bancários; agentes de segurança, contabilistas; enfermeiros, assistentes sociais; professores do ensino primário e secundário; comerciantes e industriais; do 9º ao 12º ano de escolaridade; cursos médios e superiores.

Nível socioeconómico elevado: grandes proprietários e empresários agrícolas, do comércio e da indústria; quadros superiores da administração pública, do comércio, da indústria e de serviços, profissões liberais (gestores, médicos, magistrados, arquitetos, engenheiros, economistas, professores do ensino superior); artistas, oficiais superiores das forças militares e militarizadas; pilotos de aviação; do 4º ano de escolaridade (de modo a incluir grandes proprietários e empresários) à licenciatura (mestrado ou doutoramento).

Tabela 3: Dados referentes à família e à pessoa que preencheu os questionários

	Frequência (N)	Porcentagem (%)
Nível Socioeconómico da Família		
Baixo	51	26.2
Médio	97	49.7
Alto	47	24.1
Número de filhos		
1	86	44.3
2	92	47.4
3	14	7.2
5	2	1.0
Coabitação		
Pai e Mãe	65	33.5
Pai, Mãe e Irmão(s)	91	46.9
Mãe	12	6.2
Pai	1	0.5
Pai e/ou Mãe e Outros	20	10.3
Outros	5	2.6
Respondente		
Mãe	155	78.3
Pai	27	13.6
Ambos	9	4.5
Outro	7	3.5
Bem-estar psicológico		
Muito mau	1	0.5
Mau	6	3.0
Médio	27	13.6
Bom	104	52.5
Muito bom	60	30.3

3.2 Instrumentos

3.2.1 Questionário Sociodemográfico

O questionário para recolha de informações sociodemográficas (Anexo 1) foi construído para o presente estudo e contém questões relativas à caracterização das crianças (idade, sexo, seguimento em consulta psicológica/psiquiátrica, problema médico e apoios educativos), dos seus pais (idade, estado civil, profissão e escolaridade) e da sua estrutura familiar (número de irmãos e idade dos mesmos, agregado familiar, quem respondeu aos questionários e o nível de bem-estar psicológico da pessoa que respondeu, numa escala de 1 (muito mau) a 5 (muito bom)).

3.2.2 Escala do Sentido de Competência Parental – PSOC

A Escala do Sentido de Competência Parental (versão original de

Johnston & Mash, 1989; traduzida e adaptada para a população portuguesa por Seabra-Santos & Pimentel, 2007), constituída por um total de 17 itens, mede o grau de confiança que os pais sentem nas suas competências enquanto pais. Visa compreender como os pais investem em diferentes dimensões do envolvimento e tarefas relacionadas com cuidados e educação dos filhos, ou seja, baseiam-se nas descrições de cognições parentais relativas ao seu papel enquanto pais (Johnston & Mash, 1989). Para tal, os pais devem indicar o modo como se posicionam em relação a determinadas afirmações, através de uma escala tipo Likert de 5 pontos, variando entre o extremo “concordo plenamente” (1) e o extremo “discordo totalmente” (5). De notar ainda, que 8 dos itens (1, 4, 6, 10, 11, 13, 16 e 17) são cotados inversamente (Johnston & Mash, 1989) de modo a que, para todos os itens e para os totais, pontuações mais elevadas indicam sempre maior satisfação e eficácia parental.

Os estudos de revisão do instrumento em amostras clínicas e não clínicas revelam a existência de duas dimensões associadas ao sentido de competência parental: a Satisfação dos pais com a parentalidade e a Eficácia com o papel parental (Johnston & Mash, 1989). A dimensão da Satisfação é avaliada por 9 itens (2, 3, 5, 7, 8, 9, 12,14, 15) refletindo a frustração, ansiedade ou motivação dos pais, constituindo-se como uma dimensão afetiva. Já a eficácia é avaliada por 7 itens (1, 4, 6, 10, 11, 13, 16), sendo considerada como uma dimensão instrumental, que reflete a competência dos pais, a sua perceção sobre a sua habilidade para resolverem problemas e respetiva capacidade nos papéis parentais.

A escala revela boas qualidades psicométricas no que respeita à consistência interna, medida através do alfa de Cronbach (.75 para o fator Satisfação; .76 para o fator Eficácia; .79 para o Total) (Johnston & Mash, 1989). A estabilidade temporal varia entre .46 e .82 com um intervalo de seis semanas (Gibaud-Wallston & Wandersman, 1978, citados por Johnston & Mash, 1989). No que respeita à validade de constructo, a pesquisa realizada ao longo dos anos confirma que as análises fatoriais validam as duas dimensões, de Satisfação e de Eficácia, sendo estas dimensões independentes uma da outra (Johnston & Mash, 1989). É de salientar que uma baixa pontuação na PSOC e nas suas duas dimensões tem sido relacionada com problemas de comportamento nas crianças.

De acordo com Johnston & Mash (1989), a escala é útil com crianças sem problemas, crianças mais velhas (até aos 9 anos) e em amostras clínicas. Tanto quanto é do nosso conhecimento, a versão portuguesa desta escala não dispõe ainda de estudos publicados.

3.2.3 Escala de Estilos Parentais

A Escala de Estilos Parentais (Arnold, O’Leary, Wolff & Acker, 1993; tradução portuguesa de Gaspar, 2007) contém 30 itens, respondidos numa escala tipo Likert com 7 pontos, variando desde eficaz a ineficaz (sendo que alguns itens estão formulados de forma invertida), e o seu principal objetivo é facilitar o reconhecimento de práticas disciplinares

disfuncionais, ou seja, identificar erros que os pais cometem no seu modo de lidar com as crianças, que a investigação demonstrou estarem relacionados com a presença de problemas externalizantes naquelas (Arnold, O’Leary, Wolff & Acker, 1993). De salientar que pontuações mais elevadas traduzem estilos parentais menos eficazes.

Os estudos de revisão do instrumento em amostras clínicas e não clínicas revelam a existência de três fatores associados a um estilo disciplinar disfuncional (Arnold, O’Leary, Wolff & Acker, 1993): Laxismo (*laxness*), Verbosidade (*verbosity*) e Sobrerreatividade (*overreactivity*). O fator Laxismo indica o modo como os pais utilizam estratégias mais permissivas, assumindo uma postura de desistência ou falha no estabelecimento de regras, sendo avaliado por 11 itens. Relativamente ao fator Verbosidade, medido por 7 itens, este traduz a produção de respostas verbais longas por parte dos pais, contingentes ao comportamento dos filhos, mesmo quando tal se revela desadequado. Finalmente, o fator sobrerreatividade é medido através de 10 itens que indicam o grau em que o comportamento dos pais é caracterizado pela expressão de irritabilidade e raiva, emergentes na sequência de comportamentos inadequados por parte dos filhos.

A escala apresenta boas qualidades psicométricas no que concerne à estabilidade temporal (.79 a .83 para os fatores e .84 para o total) e à consistência interna, medida através do coeficiente alfa de Cronbach (.63 a .83 para os fatores e .84 para o total) (Arnold, O’Leary, Wolff & Acker, 1993). Tanto quanto é do nosso conhecimento, não existe ainda nenhum estudo publicado sobre a versão portuguesa desta escala.

3.3 Procedimentos de recolha de dados

Tal como foi referido anteriormente, a recolha de dados foi realizada em seis localidades do nosso país. Para o efeito, foi redigida uma carta dirigida aos diretores de cada jardim-de-infância (cf. Anexo 2), na qual eram explicados os objetivos do estudo e salientadas as questões de confidencialidade dos dados recolhidos. Nessa mesma carta foram disponibilizados contactos telefónicos e de email, para que as pessoas interessadas pudessem obter mais informações acerca do estudo.

Sempre que os diretores de cada jardim-de-infância aceitaram participar na investigação, entregou-se o protocolo de investigação composto por: Consentimento Informado para os pais (cf. Anexo 3), Questionário Sociodemográfico (cf. Anexo 1), a Escala de Sentido de Competência Parental – PSOC e a Escala de Estilos Parentais.

Foram entregues 380 protocolos, tendo sido devolvidos 208. Destes, 4 não foram considerados nas análises, devido ao elevado número de dados omissos. Assim, a taxa de participação no estudo foi de 52.4%. Dos 208 pais que se disponibilizaram a participar, 9 foram, ainda, desconsiderados por se enquadrarem em algum dos critérios de exclusão (por problemas de desenvolvimento, problemas de comportamento e problemas sensoriais das crianças).

Os questionários foram preenchidos pelos próprios pais ou outros

cuidadores, tendo a respetiva distribuição sido feita através de um representante da investigadora em cada uma das instituições. Mostrámos ainda a nossa disponibilidade para responder a qualquer dúvida que pudesse surgir. Após as mães/pais das crianças terem preenchido os protocolos, estes foram entregues num envelope fechado, previamente disponibilizado pela investigadora, ao representante do respetivo jardim-de-infância.

Após a recolha dos protocolos, devidamente preenchidos, procedeu-se à introdução dos dados no programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) 20 e à análise dos respetivos resultados.

3.4 Procedimentos de análise de dados

O tratamento estatístico dos dados foi feito informaticamente, com recurso ao programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 20.0 para *Windows*. Através desta ferramenta de cálculo, no âmbito do estudo das características psicométricas do instrumento *Escala de Sentido de Competência Parental*, foram efetuados cálculos de estatística descritiva (média, desvio-padrão, mínimos e máximos) para caracterizar os resultados obtidos na Escala. A respetiva consistência interna foi analisada com recurso ao cálculo de coeficientes alpha de Cronbach. Foram, igualmente, calculados os coeficientes de correlação entre cada item e o total e os valores de alfa se cada item retirado.

Relativamente à descrição da amostra (estatística descritiva), calcularam-se médias e desvios padrão para variáveis contínuas (e.g. idade da mãe) e frequências simples (absolutas e relativas) para variáveis categoriais (e.g. estado civil e nível socioeconómico).

Procedeu-se à comparação de médias de resultados através do teste *t* de Student para amostras independentes, no caso de variáveis categoriais com duas categorias (e.g. sexo das crianças), ou através de ANOVA para variáveis com mais do que duas categorias (e.g. número de filhos). Para as análises *post hoc* utilizou-se o teste de Bonferroni. Para a análise das diferenças entre resultados em função do estudo do estatuto conjugal das mães e de quem respondeu ao questionário, recorreu-se ao teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis, dada a assimetria na dimensão das categorias em comparação. Para o estudo da relação entre os resultados no PSOC e variáveis contínuas (e.g. idade da mãe) foram calculados coeficientes de correlação de Pearson.

Para analisar o grau de equivalência entre a amostra normativa e uma amostra clínica, recorreu-se, novamente, ao teste *t* de Student para amostras independentes, no caso das variáveis contínuas (e.g. idade da mãe), e ao teste Qui-quadrado para as variáveis categoriais (e.g. nível socioeconómico). A comparação dos resultados (fatores e total) do grupo normativo com os do grupo clínico foi efetuada com recurso ao teste *t* de Student.

Finalmente foram calculados coeficientes de correlação de Pearson para estudar as relações entre as subescalas e total Escala de Sentido de Competência Parental e as subescalas e total da Escala de Estilos Parentais.

4 - Resultados

Neste ponto são apresentados os resultados relativos às estatísticas descritivas da Escala de Sentido de Competência Parental (PSOC), assim como às qualidades psicométricas deste instrumento (consistência interna, correlações dos vários itens com o total) e correlação entre as respetivas subescalas. São, igualmente, analisadas as diferenças entre médias de resultados em função de diferentes variáveis da criança, dos pais e da família. Em seguida os resultados obtidos pela nossa amostra são comparados com os de uma amostra clínica (estudo de validade). Finalmente são apresentadas as correlações entre este instrumento e a Escala de Estilos Parentais.

4.1 Análise descritiva da PSOC

Na Tabela 4 podemos observar que, na subescala de Satisfação, os itens 2, 7, 14 e 15 são aqueles relativamente aos quais os pais assinalam níveis mais elevados de satisfação (pontuações médias acima de 4). Já o item 9 (“Um problema difícil quando se é mãe/pai, é não sabermos se estamos a fazer um bom ou um mau trabalho.”) é o único cuja média é inferior a 3. No que diz respeito à subescala de Eficácia, os itens 11 e 16 são aqueles que os pais pontuam com níveis mais elevados (pontuações médias acima de 4).

A média para o total dos itens é igual a 64.77 ($DP = 7.38$) para um máximo possível de 85 pontos.

Tabela 4: Estatísticas Descritivas

	Itens	Média	DP	Mínimo	Máximo
Satisfação	2	4.20	1.04	1	5
	3	3.15	1.18	1	5
	5	3.62	1.15	1	5
	7	4.26	0.87	1	5
	8	3.66	1.00	1	5
	9	2.45	1.07	1	5
	12	3.54	0.99	1	5
	14	4.46	0.88	1	5
	15	4.59	0.86	1	5
Total Satisfação (9 itens)		33.93	5.18	18	45
Eficácia	1	3.76	0.89	1	5
	4	3.68	0.92	1	5
	6	3.23	0.91	1	5
	10	3.51	0.84	1	5
	11	4.07	0.86	1	5
	13	3.95	0.87	1	5
	16	4.19	0.82	1	5
Total Eficácia (7 itens)		26.39	3.47	15	35
Total PSOC (17 itens)		64.77	7.38	44	81

4.2 Estudos relativos à consistência interna da PSOC

Os dados relativos à consistência interna do instrumento são apresentados na Tabela 5. As subescalas Satisfação e Eficácia apresentam, respetivamente, alfas de Cronbach de .74 e .65, sendo a primeira considerada razoável e a segunda um pouco inferior ao nível desejável (correspondente a valores entre .71 e .80, de acordo com Pestana & Gageiro, 2005). Também a totalidade da escala revela um valor de consistência interna razoável, igual a .77 (Pestana & Gageiro, 2005). Os valores entre parêntesis são os reportados no estudo original de Johnston & Mash (1989). Tal como se pode observar, a dimensão da Eficácia é a que apresenta um valor alfa mais distante, sendo que tanto a dimensão Satisfação como o Total da escala revelam resultados comparativamente muito próximos dos originais.

Tabela 5: Consistência interna da Escala de Sentido de Competência Parental – PSOC

Subescalas e escala total	Número de itens	Alfa de Cronbach
Satisfação	9	.74 (.75)
Eficácia	7	.65 (.76)
Total PSOC	17	.77 (.79)

Relativamente à validade interna dos itens que compõem a escala (cf. Tabela 6), pode-se observar que, todos exceto 2 itens (1 e 9) se correlacionam acima de .20 com a sua respetiva subescala (Moreira, 2004) e dez itens apresentam, mesmo, correlações superiores a .40. Por conseguinte, os itens 1 e 9 fazem decrescer a consistência interna das respetivas subescalas. Os dados relativos ao conjunto da escala (correlação dos itens com o total e coeficiente alfa de Cronbach excluindo o item) são apresentados no Anexo 4. As duas subescalas, Satisfação e Eficácia, apresentam entre si uma correlação positiva e significativa ($p < .001$) igual a .32, traduzindo uma associação moderada entre ambas.

Tabela 6: Correlação item-total e alfa se item retirado, por subescala

Fator	Item	Correlação Item-Total	Alfa de Cronbach excluindo o item
Satisfação	2	.56	.69
	3	.45	.71
	5	.34	.73
	7	.59	.69
	8	.36	.73
	9	.15	.76
	12	.42	.71
	14	.43	.71
Eficácia	15	.54	.70
	1	.08	.69
	4	.50	.57
	6	.31	.63
	10	.40	.60
	11	.40	.60
	13	.430	.59
	16	.42	.60

4.3 Diferenças entre médias em função de variáveis da criança, dos pais e da família

Dados referentes às crianças

Os dados apresentados na Tabela 7 visam responder à questão: será que as mães/pais das raparigas se percebem como tendo níveis de competência parental diferentes das mães/pais dos rapazes?

Constata-se que a comparação das médias dos resultados entre as mães/pais de rapazes e de raparigas apontam para uma diferença estatisticamente significativa na subescala Satisfação, $t(195) = 2.39, p < .05$. Portanto, existe evidência estatística para afirmar que o nível de satisfação das mães/pais de rapazes ($M = 34.93; DP = 4.95$) é significativamente superior ao nível de satisfação de mães/pais das raparigas ($M = 33.17; DP = 5.24$).

Tabela 7: Comparação entre médias de resultados na PSOC em função do sexo das crianças

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>
Satisfação				
Masculino	85	34.93	4.95	
Feminino	112	33.17	5.24	2.39*
Eficácia				
Masculino	85	26.26	3.30	
Feminino	112	26.48	3.61	-.45
Total PSOC				
Masculino	85	65.64	7.31	
Feminino	112	64.11	7.41	1.44

* $p < .05$

Através dos dados apresentados na Tabela 8 pretende-se responder à questão: será que os níveis percebidos de competência parental das mães/pais são diferentes em função da idade dos seus filhos? Os dados apresentados permitem verificar a existência de uma diferença estatisticamente significativa entre os níveis de satisfação manifestados pelos pais em função da idade das crianças, $F(3, 193) = 4.35, p < .01$. As análises *post-hoc* permitem verificar que são os pais de crianças mais velhas (com 6 anos), que assinalam valores mais baixos de satisfação ($M = 30.16; DP = 6.72$) que os pais de crianças mais novas, com 3 ($M = 33.88; DP = 5.34$), 4 ($M = 34.13; DP = 3.94$) ou 5 anos ($M = 34.90; DP = 5.23$). Também no resultado total se verificam diferenças em função da idade das crianças, $F(3, 193) = 3.17, p < .05$. Neste caso, constata-se que o sentido de competência parental é menor em pais de filhos com 6 anos ($M = 60.47; DP = 10.28$), comparativamente com os pais de crianças com 5 anos ($M = 66.30; DP = 6.68$).

Tabela 8: Comparação entre médias de resultados na PSOC em função da idade das crianças

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i>	
Satisfação					
3	52	33.88	5.34		
4	63	34.13	3.94	4.35**	3,4,5 > 6
5	63	34.90	5.23		
6	19	30.16	6.72		
Eficácia					
3	52	26.48	3.61		
4	63	26.03	3.35	.84	
5	63	26.86	3.47		
6	19	25.74	3.49		
Total PSOC					
3	52	64.75	7.61		
4	63	64.54	6.43	3.17*	5 > 6
5	63	66.30	6.68		
6	19	60.47	10.28		

* $p < .05$ ** $p < .01$

Para analisar até que ponto a posição da criança na fratria influencia os níveis de competência parental percebidos pelos pais, são apresentados os dados que constam na Tabela 9. Verifica-se que o nível de satisfação difere consoante a posição da criança na fratria, $F(3, 187) = 3.54, p < .05$. As análises *post-hoc* permitem verificar que o nível de satisfação dos pais é maior com os primeiros filhos ($M = 36.83; DP = 3.76$) do que com os filhos únicos ($M = 33.79; DP = 5.33$) ou os segundos filhos ($M = 33.46; DP = 4.65$). Relativamente ao resultado total da escala constata-se que esta é marginalmente significativa ($p = .06$).

Tabela 9: Comparação entre médias de resultados na PSOC em função da posição da criança na fratria

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i>	
Satisfação					
Filho único	84	33.79	5.33		
Primeira	29	36.83	3.76		
Segunda	63	33.46	4.65	3.54*	P > U, S
Terceira ou superior	15	33.60	5.10		
Eficácia					
Filho único	84	26.65	3.41		
Primeira	29	26.55	3.12		
Segunda	63	25.79	3.73	1.05	
Terceira ou superior	15	27.20	3.84		
Total PSOC					
Filho único	84	65.07	7.56		
Primeira	29	67.90	6.49	2.50	
Segunda	63	63.52	6.55		
Terceira ou superior	15	65.07	8.06		

* $p < .05$

Dados referentes às mães/pais

A Tabela 10 apresenta resultados relativos à comparação da competência parental percebida por mães/pais em função do seu estatuto conjugal. Para a exploração desta variável tomou-se a mãe como ponto de referência, pelo que se selecionaram apenas os casos em que foi a mãe a respondente. Agruparam-se ainda os casos de mães solteiras, divorciadas, separadas e viúvas, para obtermos o grupo “sem companheiro”, enquanto o grupo “com companheiro” inclui os casos de mães casadas ou em união de facto. Verifica-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias de ambos os grupos. A análise destes dados recorrendo ao teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis (dada a assimetria no tamanho das amostras) permitiu chegar a um resultado idêntico, isto é, de não existência de diferenças estatisticamente significativas entre as duas situações.

Tabela 10: Comparação entre médias de resultados na PSOC em função do estatuto conjugal da mãe

Estado civil das mães	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>
Satisfação				
Com companheiro	129	33.53	5.03	1.68
Sem companheiro	24	32.58	6.19	
Eficácia				
Com companheiro	129	26.29	3.44	.06
Sem companheiro	24	26.25	3.65	
Total PSOC				
Com companheiro	129	65.32	7.25	1.28
Sem companheiro	24	63.17	9.19	

Na Tabela 11 apresentam-se os coeficientes de correlação de Pearson entre as variáveis contínuas idade da mãe e número de anos de escolaridade completados, e o sentido de competência parental. Para estas análises foram considerados somente os questionários respondidos pelas mães. Relativamente à idade da mãe, verifica-se que esta não se encontra correlacionada significativamente com os resultados da PSOC. Quanto ao número de anos de escolaridade da mãe pode-se afirmar que existe uma correlação moderada positiva e significativa com o nível de satisfação parental ($r = .31, p < .01$), o que permite afirmar que, quanto maior for o número de anos de escolaridade da mãe, maior é o nível de satisfação da mesma com a parentalidade. Já no que concerne ao sentido de eficácia da mãe os valores da correlação são significativos mas baixos e negativos ($r = -.21, p < .01$) e indicam que quanto maior o número de anos de escolaridade da mãe, menor o seu sentido de eficácia parental.

Tabela 11: Correlações de Pearson entre variáveis contínuas e resultados na PSOC

	<i>N</i>	<i>r</i>
Satisfação		
Idade da mãe	150	-.02
Nº de anos de escolaridade da mãe	149	.31**
Eficácia		
Idade da mãe	150	-.12
Nº de anos de escolaridade da mãe	149	-.21**
Total PSOC		
Idade da mãe	150	-.07
Nº de anos de escolaridade da mãe	149	.10

** $p < .01$

Dados referentes à família e à pessoa que preencheu os questionários

Através das análises apresentadas na Tabela 12 pretende-se responder à questão: será que os níveis percebidos de competência parental das mães/pais são diferentes consoante o nível socioeconómico da família? De acordo com a Tabela 12 constata-se diferenças estatisticamente significativas quanto à Satisfação, $F(2, 190) = 5.21, p < .01$, com os pais de nível socioeconómico médio a assinalarem níveis mais elevados de satisfação com a parentalidade ($M = 34.90; DP = 4.57$) do que os pais de nível socioeconómico baixo ($M = 32.24; DP = 5.69$). No que concerne à Eficácia, a comparação das médias também é significativa, $F(2, 190) = 3.86, p < .05$, mas desta feita sendo os pais de nível socioeconómico baixo os que se sentem mais eficazes ($M = 27.16; DP = 3.35$), por comparação com os de nível socioeconómico elevado ($M = 25.26; DP = 3.49$).

Tabela 12: Comparação entre médias de resultados da PSOC em função do nível socioeconómico

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i>	
Satisfação					
Baixo	50	32.24	5.69		
Médio	97	34.90	4.57	5.21**	M > B
Elevado	46	34.63	4.50		
Eficácia					
Baixo	50	27.16	3.35		
Médio	97	26.58	3.47	3.86*	B > E
Elevado	46	25.26	3.49		
Total PSOC					
Baixo	50	63.82	7.91		
Médio	97	66.05	6.62	2.02	
Elevado	46	64.20	7.38		

* $p < .05$ ** $p < .01$

Para responder à questão: será que os pais que apenas têm um filho apresentam níveis de satisfação/eficácia diferentes dos que têm mais do que um filho?, apresenta-se a Tabela 13. Constata-se que não existem diferenças estatisticamente significativas quanto a esta variável, isto é, o nível de competência percebido pelos pais não difere consoante o número de filhos.

Tabela 13: Comparação entre médias de resultados na PSOC em função do número de filhos

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i>
Satisfação				
1	85	33.76	5.30	
2	91	34.53	4.67	.60
3 ou mais	16	33.63	4.92	
Eficácia				
1	85	26.67	3.39	
2	91	26.03	3.57	
3 ou mais	16	27.13	3.72	1.10
Total PSOC				
1	85	65.07	7.51	
2	91	64.90	6.84	
3 ou mais	16	65.06	7.78	.01

Para analisar a eventual presença de diferenças quanto ao nível de competência parental dos pais em função da composição do agregado familiar apresenta-se a Tabela 14. Para a exploração desta variável excluimos os casos pouco frequentes em que a criança vive somente com o pai e os casos em que coabita somente com outros familiares.

Verifica-se que o nível de satisfação difere consoante a composição do agregado familiar, $F(3, 182) = 2.94$, $p < .05$. Através do teste *post hoc* de Bonferroni constata-se que os valores de p estão próximos da significância

estatística, embora não a atinjam, quando se compara o nível de satisfação de pai e/ou mãe que coabitam com a criança e com outros familiares, como avós e tios ($M = 31.53$; $DP = 6.03$), com situações em que coabitam com a criança somente o pai e mãe ($M = 34.72$; $DP = 3.99$), ou o pai, a mãe e irmãos ($M = 34.72$; $DP = 4.82$), sendo a satisfação superior nestas últimas situações. Quanto à eficácia e à totalidade da escala, não existe evidência estatística de diferenças significativas entre as médias em função do tipo de coabitação.

Tabela 14: Comparação entre médias de resultados na PSOC em função da composição do agregado familiar

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i>	
Satisfação					
Pai e Mãe	65	34.72	3.99		
Pai, Mãe e Irmão(s)	90	34.72	4.82	2.94*	P & M; P, M & I > P, M & O
Mãe	12	32.58	7.19		
Pai e/ou Mãe e Outros	19	31.53	6.03		
Eficácia					
Pai e Mãe	65	26.65	3.27		
Pai, Mãe e Irmão(s)	90	26.18	3.60	.24	
Mãe	12	26.42	3.61		
Pai e/ou Mãe e Outros	19	26.58	3.92		
Total PSOC					
Pai e Mãe	65	65.98	5.83		
Pai, Mãe e Irmão(s)	90	65.28	7.17		
Mãe	12	63.58	10.80	1.35	
Pai e/ou Mãe e Outros	19	62.53	8.36		

* $p < .05$

Na Tabela 15 são apresentados os resultados na PSOC em função de quem (mãe ou pai) respondeu ao questionário. Verifica-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de satisfação/eficácia das mães e dos pais. A análise destes dados recorrendo ao teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis (dada a assimetria no tamanho das amostras) permitiu chegar a um resultado idêntico, isto é, de não existência de diferenças estatisticamente significativas entre as duas situações.

Tabela 15: Comparação entre médias de resultados na PSOC em função de quem respondeu à PSOC

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>
Satisfação				
Mãe	153	34.23	5.25	.52
Pai	27	33.67	4.66	
Eficácia				
Mãe	153	26.29	3.46	-.21
Pai	27	26.44	3.78	
Total PSOC				
Mãe	153	64.98	7.60	.32
Pai	27	64.48	6.84	

No que diz respeito à análise da variável bem-estar psicológico, os coeficientes de correlação de Pearson permitem concluir que aquele aumenta no mesmo sentido da satisfação parental ($r = .40, p < .01$), da perceção de autoeficácia parental ($r = .35, p < .01$) e do total da escala, relativo ao sentido de competência parental ($r = .45, p < .01$).

4.4 Comparação com os resultados de uma amostra clínica (estudo de validade)

Para a concretização deste estudo comparativo recorreu-se a uma amostra clínica constituída por 125 pais de crianças com problemas de comportamento de tipo externalizante, anteriormente identificadas no âmbito de um projeto financiado pela FCT: "Prevenção/intervenção precoces em distúrbios de comportamento: eficácia de programas parentais e escolares" (PTDC/PSI-PED/102556/2008), em curso na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Esta amostra é constituída por pais de crianças em idade pré-escolar, rastreadas em centros de saúde, jardins-de-infância, através de médicos particulares ou noutros locais frequentados por crianças em idade pré-escolar, com base na presença de comportamentos do tipo hiperativo e/ou de desafio/oposição.

Realizou-se a comparação entre a amostra clínica ($N = 125$) e a amostra que serviu de base ao presente estudo (amostra normativa) e constatou-se que estas são equivalentes quanto à idade das crianças, $\chi^2 (3, N = 324) = 1.25, p > .05$, à idade das mães $t (315) = 1.40 > .05$, ao estado civil das mães, $\chi^2 (1, N = 323) = .667, p > .05$ e aos anos de escolaridade das mães $\chi^2 (3, N = 316) = 1.82, p > .05$, bem como ao nível socioeconómico das famílias, $\chi^2 (2, N = 320) = 1.622, p > .05$. Por outro lado, verifica-se que as amostras não são equivalentes relativamente ao sexo da criança ($1, N = 324$) = 28.008, $p < .01$, pois a amostra clínica contém uma percentagem mais elevada de rapazes (72.8%) do que a amostra normativa (42.7%).

A análise da Tabela 16 permite verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os resultados obtidos pelas duas amostras. Isto é, as mães/pais da amostra da comunidade apresentam níveis mais elevados no sentido de competência parental ($M = 64.77, DP = 7.38$), comparativamente às mães/pais da amostra clínica ($M = 54.65, DP = 7.58$), $t (310) = 11.56, p = .000$. No que concerne às subescalas Satisfação e Eficácia, as médias são, igualmente, significativamente superiores na amostra da população em geral, comparativamente às da amostra clínica.

Tabela 16: Comparação inter fatores e total entre a amostra clínica e a normativa

	Amostra normativa	Amostra clínica	<i>t</i>
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	
Satisfação	33.93 (5.18)	30.61 (5.14)	5.48**
Eficácia	26.39 (3.47)	24.04 (4.48)	5.16**
Total PSOC	64.77 (7.38)	54.65 (7.58)	11.56**

** $p < .01$

4.5 Relação entre os resultados da PSOC e os da Escala de Estilos Parentais

No que diz respeito à relação entre as duas escalas pode-se verificar através da Tabela 17, que todas as subescalas (exceto Eficácia da PSOC com Verbosidade da EEP), bem como os respetivos totais, se correlacionam entre si negativamente, significando que quanto mais estratégias parentais negativas os pais utilizarem com os filhos, menor o sentido de competência parental e vice-versa. Todas as correlações entre as subescalas de Satisfação da PSOC e as subescalas e Total da EEP são estatisticamente significativas e moderadas (sendo baixa com a Verbosidade), enquanto a subescala Eficácia só se correlaciona significativamente com a subescala Sobre-reatividade da EEP, tendo este coeficiente um valor baixo. Os totais das duas escalas apresentam entre si uma correlação negativa, estatisticamente significativa e de valor moderado ($r = -.41$).

Tabela 17: Correlações de Pearson entre a PSOC e a Escala de Estilos Parentais (EEP)

	Verbosidade	Sobre-reatividade	Laxismo	Total Arnold
Satisfação	-.20**	-.46**	-.47**	-.50**
Eficácia	.03	-.18*	-.03	-.11
Total PSOC	-.12	-.43**	-.35**	-.41**

* $p < .05$ ** $p < .01$

5 - Discussão

Antes de iniciarmos a reflexão acerca dos resultados obtidos neste estudo importa destacar que este é exploratório e que a reflexão efetuada constitui apenas uma leitura acerca dos resultados obtidos, sendo necessários alguns cuidados quanto à sua generalização.

A presente investigação pretendeu em primeiro lugar, analisar as características psicométricas do instrumento *Escala de Sentido de Competência Parental*. Num segundo momento, o objetivo foi avaliar o sentido de competência parental, das mães/pais de crianças em idade pré-escolar (dos 3 aos 6 anos de idade) em função de diferentes variáveis da criança, dos pais e da família. De seguida, pretendeu-se comparar os resultados obtidos pela nossa amostra com os de uma amostra clínica (estudo de validade). Finalmente foram estudadas as relações entre este instrumento e a *Escala de Estilos Parentais*.

Relativamente às respostas das mães/pais, observou-se que na subescala Satisfação os itens 2 (“Ainda que ser mãe/pai possa ser recompensador noutras ocasiões, com a idade que o meu filho (a minha filha) tem atualmente, sinto-me frustrada/o”, 7 (“Deito-me com a mesma sensação com que me levanto de manhã: a de que não consegui grande coisa como mãe/pai”), 14 (“Os meus talentos e interesses estão noutras áreas – não em ser mãe/pai”) e 15 (“Se ao menos ser mãe/pai fosse mais interessante, eu estaria motivada/o para fazer um bom trabalho nessa função”) são aqueles relativamente aos quais os pais assinalam níveis mais elevados de satisfação

(note-se que todos estes itens têm formulação invertida). Também, no que concerne à subescala Eficácia, os itens 11 (“Se existe alguém que consegue compreender o que é que perturba o meu filho (a minha filha), essa pessoa sou eu”) e 16 (“Honestamente, acredito que tenho todas as capacidades necessárias para ser uma boa mãe (um bom pai)”) são aqueles que os pais pontuam com níveis mais elevados. Neste sentido, para estas mães/pais a satisfação e a eficácia parental passam por não se sentirem frustrados, por acreditarem e sentirem que são competentes como pais e, acima de tudo, compreenderem os seus filhos e acharem que a parentalidade é uma prioridade que acarreta interesse (Johnston & Mash, 1989).

Os resultados relativos à consistência interna da PSOC são satisfatórios. Apenas dois itens (1 e 9) se correlacionam abaixo de .20 com a respetiva subescala, fazendo decrescer a respetiva consistência interna. A afirmação presente no item 1 (“Os problemas relacionados com o cuidar de uma criança são fáceis de resolver, a partir do momento em que sabemos, tal como eu já sei, de que modo é que as nossas ações afetam a criança”) poderá deixar dúvidas às mães/pais, pois os problemas que envolvem os filhos, provavelmente são sempre preocupações para os pais, mesmo que estes tenham consciência e conhecimento do modo como as suas ações afetam os filhos. No que diz respeito ao item 9 (“Um problema difícil quando se é mãe/pai, é não sabermos se estamos a fazer um bom ou um mau trabalho”), a explicação aparente para uma correlação tão baixa com o total parece prender-se com o facto de esta questão ser demasiado subjetiva para quem responde, na medida em que as mães/pais supostamente dão o melhor de si e fazem o que acham mais acertado para a educação dos seus filhos, e por isso interpretarão o seu trabalho enquanto pais, não como sendo bom ou mau, mas sim num contínuo em que por vezes se sentirão satisfeitos com o seu papel, reconhecendo os frutos do seu empenho no comportamento dos filhos, e outras vezes poderão sentir-se menos satisfeitos ou até mesmo frustrados por não reconhecerem no comportamento dos filhos o investimento depositado.

No que diz respeito às correlações entre as subescalas da *Escala de Sentido de Competência Parental*, constatámos que níveis de satisfação parental elevados correspondem a sentimentos de auto-eficácia também mais elevados e vice-versa, sendo a associação entre ambas as subescalas moderada. Este resultado é suportado por Binda & Crippa (2000, citados por Jones & Prinz, 2005) ao afirmarem que quanto maior for o sentimento de eficácia, maior é a satisfação com o papel parental e, reciprocamente, uma maior satisfação parental está relacionada com níveis superiores de eficácia parental, tal como é percecionada pelos pais. Também Coleman e Karraker (2000; Laws & Millward, 2001, citados por Jones, 2006) corroboram os nossos resultados, ao referirem que elevados níveis de autoeficácia parental estão relacionados com uma maior satisfação parental.

Enquanto sistema, a família pressupõe uma interação entre os seus elementos, em que a modificação num deles provoca alterações nos restantes. Na nossa investigação, a maioria dos pais encontra-se na fase do ciclo vital com filhos pequenos, o que implica a definição e redefinição de

papéis parentais e de limites face ao exterior. De seguida, e partindo dos objetivos gerais deste estudo, discutiremos os resultados que encontrámos.

Em resposta à questão: “Será que as mães/pais das raparigas se percebem como tendo níveis de competência parental diferentes das mães/pais de rapazes?” demonstrou-se que o nível de satisfação das mães/pais de rapazes é significativamente superior ao nível de satisfação autoavaliado pelos progenitores de raparigas. Sabemos que o ser menina ou menino implica, desde muito cedo, reações, expectativas comportamentais e interações diferentes por parte dos pais (Weinraub, Clemens, Sockloff, Ethridge, Gracely & Myers, 1984). Por exemplo, quando os pais sabem o sexo da criança, ora decoram o quarto de azul ou rosa, ora compram roupas mais femininas ou masculinas, e até os brinquedos a comprar são diferenciados. Segundo Papalia, Olds & Feldman (2001), mesmo na sociedade mais "liberalizada" de hoje, as metas educativas definidas pelos pais diferem em função do género do/a filho/a. Enquanto os rapazes são orientados para a realização, competição, independência, responsabilidade e controlo da expressão emocional, as raparigas são reforçadas para a obediência, afetuosidade, altruísmo e simpatia (Block, 1983). A socialização dos rapazes ocorre com maior liberdade, permitindo mais experiências e, conseqüentemente, maior autonomia e independência. Pelo contrário, na socialização das raparigas são definidas áreas de atividade mais limitadas e sob maior supervisão, restritivas da sua autonomia e independência. As diferenças de temperamento entre rapazes e raparigas podem justificar a variação dos comportamentos parentais em função do género. As vivências emocionais nos rapazes são mais elevadas, verificando-se maiores dificuldades quanto ao controlo das mesmas (Weinberg, Tronick, Cohn & Olson, 1999). Um comportamento parental mais condescendente para com os rapazes pode ir no sentido de os tranquilizar, contribuindo para a estimulação de competências de autocontrolo emocional do filho.

Relativamente às raparigas e, partindo do princípio de que não apresentam tantas dificuldades ao nível do controlo emocional, tal não se verifica. De salientar ainda que os pais de classe baixa perante o mesmo comportamento (filho e filha) tendem a punir mais as raparigas do que os rapazes, embora os pais de classe média não estabeleçam tal diferenciação (Kohn, 1977, citado por Bem & Wagner, 2006). Todas estas expectativas e comportamentos diferenciados em função do género poderão ter impacto na satisfação manifestada pelos progenitores quanto à parentalidade que, no caso dos rapazes, poderá ser vivenciada de uma forma mais descontraída e serena por parte dos pais, traduzindo-se em níveis mais elevados de satisfação. Elek, Hudson e Bouffard (2003) afirmam que os pais-homens de rapazes apresentam maior satisfação e percepção de autoeficácia parental que os pais-homens de raparigas, talvez porque os primeiros se identifiquem mais com os seus filhos rapazes e se sintam mais confiantes para tratar deles, acrescentando que nas mães não se registaram diferenças. Porém, esta ideia de um nível de competência parental diferenciado em função do sexo dos pais e da criança não foi testada no nosso estudo, que demonstrou existirem diferenças ao nível da satisfação parental consoante o sexo da criança

(revelando níveis mais elevados de satisfação independentemente do sexo do progenitor), mas não encontrou diferenças significativas no que diz respeito às percepções de mães e de pais, não atendendo ao sexo da criança.

A resposta à questão “Será que os níveis percebidos de competência parental das mães/pais são diferentes em função da idade dos seus filhos?” permitiu-nos compreender que o nível de satisfação e o sentido de competência parental diferem consoante a idade das crianças, diminuindo com a idade. Nomeadamente, os pais das crianças com 6 anos são os que apresentam valores mais baixos de satisfação e de sentido de competência parental. Ora estes resultados podem ser explicados na medida em que as crianças com menor idade são as que necessitam de mais cuidados, o que implica um grande envolvimento parental. Portanto, o tempo que os pais passam com os filhos influencia o sentido de competência parental, especificamente os pais-homens que têm filhos mais pequenos passam mais tempo com eles em interações diretas, enquanto as mães despendem mais tempo nas responsabilidades pelas tarefas relativas às crianças. O facto de a criança aos 6 anos ser mais autónoma e requerer menos os cuidados e atenção dos pais poderá traduzir-se num menor nível de satisfação com a parentalidade por parte destes. Ainda dentro desta questão, não poderia deixar de referir, e numa perspetiva desenvolvimental, que a satisfação parental pode ir sofrendo alterações ao longo do ciclo de vida familiar, sendo o grau de satisfação maior durante as primeiras etapas (Veroff & Feld, 1970, Lowenthal et al., 1975, citados por Goetting, 1986).

Em resposta à questão “Até que ponto a posição da criança na fratria influencia os níveis de competência parental percebidos pelos pais?” constata-se que o nível de satisfação difere consoante a posição da criança na fratria. Assim, os pais sentem-se mais satisfeitos com os primeiros filhos do que com os filhos únicos ou os segundos filhos. Relvas e Lourenço (2001, p. 122) consideram que o nascimento de um filho representa para a família “uma fase de transição do seu ciclo evolutivo, comportando-se como uma fonte de stress esperável e normativa (crise)”. Assim, a ordem de nascimento e o tamanho da família têm um papel importante no desenvolvimento individual da criança, bem como na satisfação dos pais. Os nossos resultados vão no mesmo sentido dos alcançados no estudo de Musun-Miller (1993), que verificou que os pais de mais de um filho apresentam tendência para descrever os primogénitos mais positivamente do que o filho mais novo, sendo os primeiros filhos descritos como menos mimados e com mais autocrítica, mais obedientes e mais extrovertidos do que os filhos únicos e os segundos filhos. Por outro lado, os filhos únicos são descritos como crianças menos cativantes e mais mimados (Herrera et al., 2003). Também para Andeweg e Van Den Berg (2003), partindo do pressuposto que os pais procuram gerir e dividir de forma justa os recursos disponíveis entre os filhos, os primeiros filhos estariam em vantagem quando comparados aos demais irmãos, pois não necessitavam de dividir a atenção dos pais. Por esta razão, os pais apontam maiores níveis de satisfação com os primeiros filhos, visto que foi com quem passaram mais tempo e mais oportunidades tiveram de disfrutar duma relação mais individualizada.

Face à questão “Será que os níveis percebidos de competência parental dos pais são diferentes consoante o nível socioeconómico da família?” constataram-se diferenças estatisticamente significativas quanto à Satisfação, com os pais de nível socioeconómico médio a assinalarem níveis mais elevados de satisfação com a parentalidade do que os pais de nível socioeconómico baixo. De acordo com Kohn (1977, citado por Bem & Wagner, 2006) o nível socioeconómico é uma variável que afeta o comportamento e a perspetiva sobre o mundo envolvente, constituindo-se relevante na determinação das condições de vida. Os valores que os pais transmitem aos filhos são amplamente afetados pelo seu nível socioeconómico, ou seja, os pais de níveis socioeconómicos mais elevados (com maior nível de escolaridade e maiores rendimentos) estabelecem valores de autocontrolo, autonomia e responsabilidade para os seus filhos, enquanto nas classes mais desfavorecidas os pais preconizam valores de conformidade e obediência. Nesta linha de pensamento, Arendell (1996), afirma que as famílias com nível médio e superior tendem a dividir as tarefas e responsabilidades parentais e a dar mais apoio aos filhos. Também Paquette (2004) associou a partilha de responsabilidade parental às classes média e média alta. Por seu lado Gouveia e colaboradores (1991) observaram, numa amostra portuguesa, uma menor participação paterna nas classes sociais mais baixas e nas mais altas. Este dado pode ajudar a compreender a maior satisfação com a parentalidade observada nos pais de nível socioeconómico médio da nossa amostra. No que concerne à Eficácia, a comparação das médias também é significativa, mas desta feita sendo os pais de nível socioeconómico baixo os que se sentem mais eficazes, por comparação com os de nível socioeconómico elevado. Uma possível explicação para estes resultados prende-se com o locus de controlo parental. Na medida em que este está intimamente ligado à competência e eficácia parentais e se refere ao poder dos pais ou da criança numa dada situação (locus de controlo interno ou externo, respetivamente) (Mouton & Tuma, 1988), em comunidades mais desfavorecidas, o possuir de uma força interna baseada num sentimento de competência pessoal pode ser um forte aliado contra a adversidade, capacitando os pais na promoção de ambientes de bem-estar (Elder, 1995, citado por Coleman & Karraker, 1997).

Estas reflexões são apoiadas pelas correlações significativas encontradas entre o número de anos de escolaridade completados pelas mães e os respetivos níveis de satisfação e de eficácia parentais: positiva no primeiro caso (mais escolaridade corresponde a níveis mais elevados de satisfação), negativa no segundo (mais escolaridade relacionada com níveis mais baixos de eficácia percebida). A este propósito a literatura tem sugerido que pais com níveis de escolaridade mais elevados, apresentam uma motivação superior para a parentalidade e se envolvem mais nas tarefas relacionadas com a escola/creche dos filhos, comparativamente aos pais com menor escolaridade (Cabrera, Shannon, & Tamis-LeMonda, 2007). O acesso a informação também poderá intervir no envolvimento parental, uma vez que é possível encontrar diferenças significativas entre os níveis de escolaridade dos pais ao nível das atividades práticas e lúdicas. Os pais com

habilitações superiores apresentam um maior envolvimento nesta área, pois associam a brincadeira a uma estimulação às aprendizagens cognitivas e sociais dos filhos (Monteiro et al., 2006). Por outro lado, as habilitações literárias superiores poderão associar-se mais frequentemente a profissões liberais, com maior flexibilidade de horários, o que permitirá uma conciliação mais fácil entre o trabalho e as atividades familiares (Monteiro et al., 2006). Para além disso, as mulheres com um nível de escolaridade superior tendem a investir mais nas suas carreiras profissionais, permitindo e desejando que os pais-homens se envolvam mais na educação, organização e prestação de cuidados (Monteiro et al., 2006). Todas estas circunstâncias poderão contribuir para explicar os níveis mais elevados de satisfação observados no nosso estudo. Contudo, alguns autores (Veroff et al., 1981, citados por Goetting, 1986) registam que pais com baixo nível escolar parecem valorizar mais a experiência da parentalidade, sentindo-se mais plenificados no papel de pais que aqueles que apresentam um nível educacional superior, o que contraria os nossos resultados.

No que diz respeito aos resultados obtidos na subescala de Eficácia, o facto de terem mais acesso à informação e melhores níveis de escolaridade pode fazer com que os pais mais escolarizados tenham consciência de como devem interagir na relação com os seus filhos, podendo sentir-se culpados ou avaliar-se negativamente em relação à capacidade e possibilidade de exercer a parentalidade de uma forma adequada.

Em resposta à questão “Será que existem diferenças no nível da competência parental dos pais em função da composição do agregado familiar?” verificou-se que o nível de satisfação difere consoante a composição do agregado familiar, sendo menor a satisfação quando os pais e a criança coabitam com outros familiares, como os avós e os tios, do que quando coabitam com a criança somente o pai e mãe, ou o pai, a mãe e os irmãos. Reynolds, Wright e Beale (2003) apontam que os avós podem ser considerados como uma rede de apoio significativa no contexto familiar, oferecendo tanto suporte emocional como financeiro, apesar de muitas vezes estes interferirem na educação dos netos, o que muito provavelmente coloca os pais numa posição de perda de poder. Principalmente quando os avós ou os tios coabitam no mesmo agregado familiar, a questão do desdobramento das figuras educativas torna-se mais evidente e a criança pode ficar confusa perante tantas figuras de poder que implementam diferentes regras, escolhendo as que mais lhe agradam e acabando, eventualmente, por fazer aquilo que quer. Tal situação implica menos liberdade do casal, o que pode comprometer a satisfação conjugal estando esta, por sua vez, intimamente relacionada com a satisfação parental, no sentido em que os pais que têm mais afinidade conjugal são os que estão mais satisfeitos com a sua parentalidade, provavelmente porque os casais estão de acordo quanto aos estilos parentais utilizados e identificam o esforço um do outro, enquanto mãe/pai (Snarey, 1993, citado por Arendell, 1996).

Apesar dos resultados observados em relação às situações de coabitação, é de salientar que o suporte social em geral (Bonds, Gondoli, Sturge-Apple & Salem, 2002) influencia contextualmente a satisfação

parental, servindo como elemento de proteção. Isto é, o apoio proporcionado aos pais (por familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho ou outros), surge frequentemente associado a comportamentos e atitudes parentais mais competentes e positivas, constituindo-se como fonte de bem-estar psicológico (Crockenberg, 1987, citado por Osofsky & Thompson, 2000). Porém, no nosso estudo não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de satisfação e eficácia parental entre mães “sem companheiro” (solteiras, divorciadas, separadas ou viúvas) e mães “com companheiro” (casadas ou em união de facto). Também a idade das mães não mostrou ter qualquer relação com o sentido de competência parental, embora pudéssemos antecipar que mães mais velhas se sentiriam mais confiantes no seu papel parental.

O modo de funcionamento do subsistema parental repercute-se no bem-estar das famílias e no desenvolvimento futuro dos seus membros. No nosso estudo encontrámos relações positivas e significativas entre o bem-estar da mãe/pai e a sua perceção de competência parental, quer ao nível da satisfação, quer da eficácia.

Procedemos, igualmente, à comparação dos resultados na PSOC entre a amostra que serviu de base ao presente estudo (amostra normativa) e uma amostra clínica, composta por pais de crianças com problemas de comportamento de tipo externalizante. As duas amostras revelaram-se equivalentes quanto à idade das crianças, idade, estado civil e anos de escolaridade das mães, bem como ao nível socioeconómico das famílias, mas não quanto ao sexo da criança. A não equivalência em relação a esta última variável é esperada, tendo em conta a maior prevalência de problemas externalizantes (elemento definidor da amostra clínica) nos rapazes do que nas raparigas (Leadbetter et al., 1999). Relativamente ao sentido de competência parental satisfação e eficácia das mães/pais estes são mais elevados na amostra da comunidade, comparativamente com a amostra clínica. De acordo com a literatura (e.g. Palacios, 2005), a adaptação à parentalidade requer o domínio de novas competências e superação de desafios, como tal, ao longo deste processo podem surgir sentimentos de insegurança e incapacidade, os quais podem prejudicar o desenvolvimento psicossocial das crianças e até dos próprios pais. Estas facetas da parentalidade, o inesperado e a falta de preparação para enfrentar/resolver os desafios de forma serena, poderá estar particularmente presente em mães e pais de crianças com comportamentos externalizantes do tipo hiperativo e/ou de desafio/oposição. Neste sentido é importante que as mães/pais tenham essa consciência, e que não coloquem o foco apenas no locus de controlo interno, considerando que os problemas de comportamento dos filhos são uma consequência direta do seu próprio comportamento para com a criança. De notar que o locus de controlo externo também não será o mais adequado para o exercício da parentalidade, visto que as mães/pais consideram que os problemas de comportamento dos filhos estão fora do seu controlo, não aceitando as suas responsabilidades.

Os resultados da nossa investigação vão de encontro ao previsto na literatura, de acordo com a qual existe uma relação entre a eficácia parental e

comportamentos problemáticos das crianças (e.g. comportamentos hiperativos) (Jones, 2006). Por exemplo, Johnston & Mash (1989) constataram que os níveis de eficácia parental são menores em pais de crianças hiperativas e mais velhas, comparativamente aos pais de crianças sem hiperatividade. Neste sentido, o comportamento da criança pode ser um importante preditor das crenças de autoeficácia parental, sendo que o comportamento problemático se encontra associado a baixa perceção de autoeficácia parental, enquanto o comportamento positivo está relacionado com níveis mais elevados da mesma.

Analisando agora as correlações entre a *Escala de Sentido de Competência Parental* e a *Escala de Estilos Parentais*, observamos que as duas escalas apresentam entre si uma correlação negativa, estatisticamente significativa e de valor moderado, o que significa que quanto mais estratégias parentais negativas os pais tiverem com os filhos, menor será o sentido de competência parental apresentado e vice-versa. Neste contexto, Newberger e Cook (1983, citados por Johnston & Mash, 1989) constataram que as mães abusivas e negligentes mostraram níveis de autoeficácia parental baixos e expectativas irrealistas para o comportamento dos filhos, (Azar et al., 1984, citados por Mash & Johnston, 1989). De acordo com a literatura (MacPhee et al., 1996, Dumka et al., 1996, Hill & Bush, 2001, Gross et al., 1999, todos citados por Jones, 2006) baixos níveis de autoeficácia parental estão relacionados com uma disciplina dura e inconsistente por parte dos pais, e associados a um estilo disciplinar disfuncional, nomeadamente os fatores laxismo e sobre-reatividade.

6 - Conclusões

O estudo realizado contribui para a caracterização psicométrica da Escala de Sentido de Competência parental, assim como para o esclarecimento de algumas variáveis individuais e familiares que poderão ter impacto sobre os resultados desta escala.

O estudo comporta, porém, algumas limitações que importa referir. Uma delas é, por exemplo, o facto de assentar numa pequena amostra, cuja representatividade em relação à população geral é questionável. Um outro aspeto limitativo consiste na heterogeneidade da amostra quanto à pessoa que responde aos questionários, incluindo mães e pais, mas sendo o número destes últimos bastante mais reduzido. Em estudos futuros seria útil obter a avaliação separadamente para os dois progenitores, no sentido de permitir a realização de mais análises de género, dando novos contributos nesta área.

Como sugestão para aperfeiçoamento do instrumento PSOC pensamos que algumas perguntas (e.g. 7, 8, 9, 12) poderão ter uma conotação muito depreciativa e deveriam ser reformuladas (e.g. 7 “Deito-me com a mesma sensação com que me levanto de manhã: a de que consegui grande coisa como mãe/pai”; 8 “Eu estou mais bem preparada/o para ser uma boa mãe (um bom pai) do que a minha mãe/pai estavam”; 9 “Quando se é mãe/pai não sabemos se estamos a fazer um bom ou um mau trabalho”; 12 “Sinto sempre que estou a conseguir algo dele/a”), de modo a que possíveis

enviesamentos devidos à desejabilidade social sejam minoradas. Outra indicação importante quanto a este instrumento remete para a possível eliminação dos itens 1 e 9, ou uma reformulação das questões para não gerar interpretações controversas por parte das mães/pais. A realização de estudos de análise fatorial permitirá a reavaliação da base teórica da construção da escala. Finalmente, achamos de enorme importância a realização de estudos longitudinais que contemplem as mesmas variáveis, no sentido de alcançar uma visão mais abrangente do ciclo de vida parental.

Em suma, os objetivos iniciais foram cumpridos e conseguimos destacar bem as implicações de diferentes variáveis no sentido de competência parental sendo este estudo pertinente, visto ter contribuído para a investigação a nível da parentalidade, nomeadamente do sentido de competência parental. Acreditamos que o estudo do sentido de competência parental, nas suas diferentes vertentes, é de significativa importância do ponto de vista da Psicologia Clínica, especificamente no que diz respeito aos estudos em sistémica, saúde e família, razão pela qual sublinhamos o interesse em que venham a ser desenvolvidos novos estudos nesta área, que possibilitem uma maior compreensão deste fenómeno. Salientamos, ainda, a necessidade de investimento na criação e aferição de instrumentos que possibilitem uma maior e mais sistemática abordagem da parentalidade, o que permitirá que todos os interessados compreendam melhor as relações familiares e as influências recíprocas entre pais, filhos e fatores contextuais, visando sempre formas de intervenção mais adequadas.

Após todas as reflexões e análises efetuadas ao longo desta dissertação, devemos concluir transmitindo a importância de ter uma família, de pertencer e integrar este sistema. Importa, por último, sublinhar que ao longo do ciclo vital da família muitas mudanças ocorrem. Contudo, “uma família só se pode colocar problemas que seja capaz de resolver” e todas as famílias têm recursos e são competentes (Ausloos, 2003, p. 31).

Bibliografia

- Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios Familiares* (2.^a ed.). Coimbra: Quarteto.
- Algarvio, S., & Leal, I. (2004). Preocupações parentais: Validação de um instrumento de medida. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 5(2), 145-158. Acedido de http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S164500862004000200002&script=sci_arttext
- Almeida, L. S. (1988). *O raciocínio diferencial dos jovens: avaliação, desenvolvimento e diferenciação*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Andeweg, B., & Van Den Berg, B. (2003). Linking birth order to political leadership: The impact of parents or sibling interaction. *Political Psychology*, 24(3), 605-623.
- Arendell, T. (1996). Co-parenting: A review of the literature. *National*

- Center on Fathers and Families*. Acedido de <http://www.ncoff.gse.upenn.edu/content/co-parenting-review-literature>
- Arnold, D., O’Leary, S., Wolff, L., & Acker, M. (1993). The parenting scale: A measure of dysfunctional parenting in discipline situations. *Psychological Assessment*, 5(2), 137-144.
- Ausloos, G. (2003). *A competência das famílias: Tempo, caos e processo* (2.^a ed., J. Coelho, Trad.). Lisboa: Climepsi.
- Bandura, A. (1994). Self-efficacy. In V. S. Ramachandran (Ed.), *Encyclopedia of human behavior* (Vol. 4, pp. 71-81). Acedido de <http://www.uky.edu/~eushe2/Bandura/BanEncy.html>
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: the exercise of control*. New York: Freeman.
- Barroso, R., & Machado, C. (2011). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52, 211-230. Acedido de http://www.academia.edu/1294639/Definicoes_Dimensoes_e_Determinantes_da_Parentalidade_Definitions_Dimensions_and_Determinants_of_Parenting_
- Bayle, F. (2005). A Parentalidade. In Leal, I (Ed.), *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade* (pp. 317-346). Lisboa: Fim de Século.
- Bayle, F. (2006). *À volta do nascimento*. Lisboa: Climepsi.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55(1), 83-96.
- Bem, L., & Wagner A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconómico. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 67-71. Acedido de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a08.pdf>
- Bertalanffy, L. (1965). *General theory of systems – Application to psychology*. Texto policopiado.
- Block, J. H. (1983). Differential premises arising from differential socialization of the sexes: Some conjectures. *Child Development*, 54, 1335–1354.
- Bonds, D., Gondoli, D., Sturge-Apple, M., & Salem, L. (2002). Parenting stress as a mediator of the relation between parenting support and optimal parenting. *Parenting, Science and Practice*, 2(4), 409-435.
- Bornstein, M. (2002). *Handbook of Parenting: Practical Issues in Parenting* (2nd ed., Vol. 5). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates. Acedido de [http://world-scholarships.com/books/Books%20at%20LMDA/Handbook%20of%20Parenting%202nd%20ed%20Vol%205%20%20%205Bpractical%20issues%20in%20parenting%20%20%20M.%20Bornstein%20\(ed\)%20\(2002\)%20WW.pdf](http://world-scholarships.com/books/Books%20at%20LMDA/Handbook%20of%20Parenting%202nd%20ed%20Vol%205%20%20%205Bpractical%20issues%20in%20parenting%20%20%20M.%20Bornstein%20(ed)%20(2002)%20WW.pdf)
- Brage, Hudson, D., Campbell-Grossman, C., Elek, S., Fleck, M., & Shipman, A. (2003). Effects of the new parents network on first-time fathers’ parenting satisfaction during the transition to parenthood. *Comprehensive Pediatric Nursing*, 26, 217 – 229.
- Brody, G. H, Flor, D. L., & Gibson, N. M. (1999). Linking Maternal

- Efficacy Beliefs, Developmental Goals, Parenting Practices, and Child Competence in Rural Single-Parent African American Families. *Child Development*, 70(5), 1197-1128.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In M. Gauvin & M. Cole (Eds.), *Readings on the development of children* (2nd ed., pp. 37-43). NY: Freeman. Acedido de <http://www.psy.cmu.edu/~sieglar/35bronfenbrenner94.pdf>
- Cabrera, N. J., Shannon, J. D., & Tamis-LeMonda, C. (2007). Fathers' influence on their children's cognitive and emotional development: From toddlers to pre-K. *Applied Development Science*, 11(4), 208-213. Acedido de <http://steinhardt.nyu.edu/scmsAdmin/uploads/006/903/Cabrera,%20N.%20J.,%20Shannon,%20J.%20D.,%20%26%20Tamis-LeMonda,%20C.,%20Applied%20Dev.%20Sci.,%202007.pdf>
- Canavarro, C., & Pedrosa, A. (2005). Transição para a parentalidade: Compreensão segundo diferentes perspetivas teóricas. In I. Leal (Ed.), *Psicologia da gravidez e da parentalidade* (pp. 225-255). Lisboa: Fim de Século.
- Coleman, P. K., Karraker, K. H. (1997). Self-efficacy and parenting quality: Findings and future applications. *Developmental Review*, 18, 47-85
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (2000). Parenting self-efficacy among mothers of school-age children: Conceptualization, measurement, and correlates. *Family Relations*, 49(1), 13-24.
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (2003). Maternal self-efficacy beliefs, competence in parenting, and toddlers' behavior and developmental status. *Infant Mental Health Journal*, 24, 126-148.
- Cury, A. (2004). *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Cascais: Pergaminho.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Elder, G. H., Eccles, J. S., & Lord, S. (1995). Inner-City Parents Under Economic Pressure: Perspectives on the Strategies of Parenting. *Journal of Marriage and the Family*, 57(3), 771-784.
- Elek, S., Hudson, D., & Bouffard, C. (2003). Marital and parenting satisfaction and infant care self-efficacy during the transition to parenthood: the effect of infant sex. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 26, 45-47.
- Erdwins, C. J., Buffardi, L. C., Casper, W. J., & O'Brien, A. S. (2001). The relationship of women's role strain to social support, role satisfaction, and self-efficacy. *Family Relations*, 50, 230-238.
- Flouri, E., & Buchanan, A. (2003). What predicts fathers' involvement with their children? A prospective study of intact families. *British Journal of Developmental Psychology*, 21, 81-98. Acedido de <http://dadsforlife.sg/research/what-predicts-fathers-involvement-with-their-children-abstract>
- Gable, S., Belsky, J., & Crnic, K. (1992). Marriage, parenting, and child development: Progress and prospects. *Journal of Family Psychology*, 5(3/4), 276-294.

- Goetting, A. (1986). Parental satisfaction. A review of research. *Journal of Family Issues*, 7(1), 83-109.
- Gondoli, D. M., & Silverberg, S. B. (1997). Maternal emotional distress and diminished responsiveness: The mediating role of parenting efficacy and parental perspective taking. *Developmental Psychology*, 33(5), 861-868.
- Gouveia, R., Baptista, M., Lopes, Barreto, C., Lacerda, N., Torgal-Garcia, F., & Gomes Pedro, J. (1991). Cuidados do pai português nos cuidados ao seu filho no 1º ano de vida. *Revista Portuguesa de Pediatria*, 22, 246-249.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise do conteúdo, sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia Editora.
- Guidubaldi, J., & Cleminshaw, K. (1985). The development of the Cleminshaw-Guidubaldi Parent Satisfaction Scale. *Journal of Clinical Child Psychology*, 14(4), 293-298.
- Herrera, C., Zajonc, B., Wieczorkowska, G., & Cichomski, B. (2003). Beliefs about birth rank and their reflection in reality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(1), 142-150.
- Hoghughi, M. (2004). Parenting – An introduction. In Hoghughi, M. & Long, N. (Eds.), *Handbook of Parenting theory and research for practice*. London: SAGE.
- Leadbeater, B. Kuperminc, G., Blatt, S., & Hertzog, C. (1999). A multivariate model of gender differences in adolescents' internalizing and externalizing problems. *Developmental Psychology*, 35, 1268-1282.
- Jacobs, J., & Kelley, M. (2006). Predictors of parental involvement in childcare in dualearner families with young children. *Fathering*, 4(1), 23-47.
- Johnston, C., & Mash, E. J. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy. *Journal of Clinical Child Psychology*, 18(2), 167-175.
- Jones, T. (2006). *Examining potential determinants of parental self-efficacy* (Doctoral dissertation). Acedido de http://books.google.pt/books?id=5sau1EcmTccC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Jones, T., & Prinz, R. (2005). Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: A review. *Clinical Psychology Review*, 25, 341-363.
- Kapp, S. A., & Vela, R. H. (2004). The parent satisfaction with foster care services scale. *Child Welfare*, 83(3), 263-287. Acedido de <http://www.socwel.ku.edu/stevek/TheParentSatisfaction.pdf>
- Kurdek, L. (1998). Prospective predictors of parenting satisfaction for fathers and mothers with young children. *Journal of Family Psychology*, 12(1), 56-65.
- Luster, T., & Okagaki, L. (2005). *Parenting: An Ecological Perspective* (2nd ed.), Mahwah, NJ.: Lawrence Erlbaum Associates. Acedido de <http://books.google.pt/books?id=wLNTNItwJZUC&printsec=frontcov>

- er&hl=pt-
PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Maccoby, E. & Jacklin, C. (1974). *The psychology of sex differences*. Stanford, CA: Stanford University Press. Acedido de http://books.google.pt/books?id=6hzsWwz1aLAC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Maccoby, E. (2002). Parenting Effects: issues and controversies. In J. Borkowski, S. Ramey & M. Bristol – Power. *Parenting and the child's world influences on academic, intellectual and social – emotional development*. New Jersey: LEA. Acedido de <http://books.google.pt/books?id=x7rkoWRbGAAC&pg=PA35&lpg=PA35&dq=Parenting+Effects:+issues+and+controversies&source=bl&ots=pUS99Jn0bI&sig=zD8kDJ-rg0pBzsBgC8OBBi9q5qQ&hl=pt-PT&sa=X&ei=OjbHUfO9BKS7AaZv4HgCA&ved=0CC0Q6AEwAA#v=onepage&q=Parenting%20Effects%3A%20issues%20and%20controversies&f=false>
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Castro, R., & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental. Realidade ou expectativa? *Psychologica*, 42, 213-229.
- Moreira, J. M. (2004). *Questionários: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Mouton, P., & Tuma, J. (1988). Stress, locus of control, and role satisfaction in clinic and control mothers. *Journal of Clinic Child Psychology*, 17(3), 217-224.
- Mussun-Miller, L. (1993). Sibling status effects: Parents' perceptions of their own children. *Journal of Genetic Psychology*, 154, 189-198.
- Osofsky, J., & Thompson, M. (2000). Adaptive and maladaptive parenting: Perspectives on risk and protective factors. In J. P. Shonkoff, & S. J. Meisels (Eds.), *Handbook of Early Childhood Interventions* (2nd ed., pp. 54-75). Acedido de http://books.google.pt/books?id=09xIdNrfKS0C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Palacios, J. (2005). Prefácio. In O. Cruz, *Parentalidade* (pp. 9-12). Coimbra: Quarteto.
- Papalia, D., Olds, S., Feldman, R. (2001). *O mundo da Criança* (8^a Ed.). Lisboa: McGraw – Hill.
- Paquette, D. (2004). Theorizing the father-child relationship: Mechanisms and developmental outcomes. *Human Development*, 47, 193-219.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2005). *Análise de Dados para Ciências Sociais*. (4^aed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da família: Perspetiva sistémica* (4.^a ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P., & Lourenço, M. C. (2001). Uma abordagem familiar da gravidez e da maternidade: Perspetiva sistémica. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade* (pp. 105-132). Coimbra: Quarteto.
- Reynolds, P., Wright, V., & Beale, B. (2003). The roles of grandparents in

- educating today's children. *Journal of Instructional Psychology*, 30, 316-326.
- Salonen, A. (2010). *Parenting satisfaction and parenting self-efficacy during the postpartum period* (Academic dissertation, Faculty of Medicine of the University of Tampere). Acedido de <http://acta.uta.fi/pdf/978-951-44-8203-8.pdf>
- Sampaio, D., & Gameiro, J. (1985). *Terapia Familiar* (pp. 11-12). Porto: Afrontamento.
- Simões, R., Leal, I., & Maroco, J. (2010). Paternal involvement in a group of fathers of elementary school children. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 11 (2), 339-356. Acedido de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1105/1/PSD%202010%2011%282%29%20339-356.pdf>
- Teti, D. M., & Gelfand, D. M. (1991). Behavioral competence among mothers of infants in the first year: The mediational role of maternal self-efficacy. *Child Development*, 62, 918-929.
- Vieira, J. M., Ávila, M., & Matos, P. (2012). Attachment and parenting: The mediating role of work-family balance in Portuguese parents of preschool children. *Family Relations*, 31, 50-31.
- Weinberg, M. K., Tronick, E. Z., Cohn, J. F., & Olson, K. L. (1999). Gender differences in emotional expressivity and self-regulation during early infancy. *Developmental Psychology*, 35(1), 175-188.
- Weinraub, M., Clemens, L. P., Sockloff, A., Ethridge, T., Gracely, E., & Myers, B. (1984). The development of sex role stereotypes in the third year: Relationships to gender labeling, gender identity, sex-typed toy preferences, and family characteristics. *Child Development*, 55(4), 1493-1503.
- Wood, J. J., & Repetti, R. L. (2004). What gets dad involved? A longitudinal study of change in parental child caregiving involvement. *Journal of Family Psychology*, 18(1), 237-249. Acedido de <http://repettilab.psych.ucla.edu/wood%20repetti%202004.pdf>

ANEXOS

Anexo 1: Questionário Sociodemográfico

Questionário Sociodemográfico

I. Dados da Criança:

Nome: _____

Sexo: M F Idade: ____ Data de Nascimento: __/__/____

Morada (Localidade): _____

Já alguma vez levou o seu filho a um Psicólogo/Psiquiatra? S N

Se sim, porquê? _____

Tem algum problema médico identificado? S N

Se sim, qual? _____

Recebe apoios educativos na escola (ensino especial)?

Se sim, porquê? _____

Se sim, qual? _____

II. Dados da Mãe:

Idade: ____

Estado Civil: Casado/União de facto

Solteiro

Viúvo

Divorciado/separado

Habilitações Literárias (nº anos de estudo completados): _____

Profissão: _____

III. Dados do Pai:

Idade: ____

Estado Civil: Casado/União de facto

Solteiro

Viúvo

Divorciado/separado

Habilitações Literárias (nº anos de estudo completados): _____

Profissão: _____

IV. Dados da Família:

Número de filhos: ____ Idade dos filhos: _____

Quem coabita com a criança: _____

Quem respondeu aos questionários: Mãe

Pai

Outro Quem? _____

Numa escala de 1 a 5, como classifica o seu bem-estar psicológico? (da pessoa que preencheu)

Muito mau 1 2 3 4 5 Muito bom

Data de Preenchimento: __/__/____

Anexo 2: Carta aos Diretores dos jardins-de-infância

Exm^o. Senhor Diretor do Jardim de Infância_____

Na qualidade de alunas finalistas do Mestrado Integrado em Psicologia (sub-especialização em Sistémica, Saúde e Família), da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a supervisão da Prof. Doutora Maria João Seabra Santos, vimos por este meio, solicitar a sua colaboração no sentido de permitir incluir o jardim-de-infância que dirige no conjunto de instituições onde será efetuada a recolha de dados.

O que pretendemos com os nossos estudos é: 1) investigar o sentido de competência parental, em termos de eficácia e satisfação em pais de crianças de idade pré-escolar; 2) compreender as estratégias que os pais usam para lidar com crianças desta faixa etária; 3) relacionar as variáveis referidas em 1 e em 2. A metodologia de investigação consistirá na aplicação de questionários breves (tempo total de resposta estimado em 15 minutos) a pais de crianças em idade pré-escolar, ou seja, dos três aos seis anos, sem características clínicas. Os questionários serão entregues aos pais em envelopes fechados e devolvidos da mesma forma.

Por fim, gostaríamos de salientar que todos os dados recolhidos serão tratados com absoluta confidencialidade e utilizados única e exclusivamente para fins de investigação, e que aos pais será solicitado o consentimento informado.

Para qualquer esclarecimento adicional poderá contactar-nos através dos emails seabramj@fpce.uc.pt, vanessa.roque90@mail.com, ou ainda cristinassantos22@gmail.com, ou através do telemóvel 914802223 (Vanessa Roque), 915476559 (Cristina Santos) ou do telefone 239851450 (Faculdade de Psicologia).

Atenciosamente, com os melhores cumprimentos

Coimbra, 07 de Novembro de 2012

A Orientadora:

(Prof. Doutora Maria João Seabra Santos)

As Mestrandas:

(Vanessa Sofia Martins Roque)

(Cristina Santos)

Anexo 3: Carta aos Pais

Caro Pai/ Cara Mãe:

Na qualidade de aluna do Mestrado Integrado em Psicologia (área de Sistémica, Saúde e Família) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, estou a desenvolver um trabalho de investigação, sob a orientação da Professora Doutora Maria João Seabra Santos, relativo ao modo como os pais de crianças pequenas se sentem no seu papel de mãe/pai e as estratégias que usam para lidar com os seus filhos. Para tal necessitamos do testemunho de pais de crianças normais e saudáveis, que frequentem jardins-de-infância.

É neste sentido que vimos solicitar a sua colaboração, através do preenchimento de questionários breves e da resposta a perguntas que visam caracterizar as famílias em estudo (tempo total de resposta: cerca de 15 minutos). Asseguramos que os dados recolhidos se destinam somente a esta investigação e serão tratados com absoluta confidencialidade. Por favor, preencha em baixo o seu nome e o do(a) seu/sua filho(a) e assine. No sentido de garantir o anonimato pedimos-lhe que entregue esta folha separadamente do envelope com os questionários preenchidos.

Para qualquer esclarecimento adicional, poderão contactar-nos através dos emails: seabramj@fpce.uc.pt, cristinassantos22@gmail.com ou vanessa.roque90@gmail.com, ou através do telemóvel 915476559 (Cristina Santos), 914802223 (Vanessa Roque) ou do telefone 239851450 (Faculdade de Psicologia).

Desde já, gratas pela vossa colaboração. Com os melhores cumprimentos, subscrevemo-nos atenciosamente.

Coimbra, 26 de Setembro de 2012.

As Mestrandas:

Nomes

(Cristina Santos e Vanessa Roque)

Eu,.....
mãe/pai dedeclaro estar informado quanto aos objetivos da investigação sobre a forma como os pais se sentem no seu papel de mãe/pai e como lidam com crianças em idade pré-escolar e consentir que os dados recolhidos sejam usados no âmbito da referida investigação.

Coimbra,.....

Assinatura:_____

Anexo 4: Consistência interna da PSOC – Correlação dos itens com o total e coeficiente alfa de Cronbach excluindo o item

Correlação dos itens com o total e coeficiente alfa de Cronbach excluindo o item

	Item	Correlação Item-Total	Alfa de Cronbach excluindo o item
	1	.04	.78
	2	.55	.74
	3	.37	.75
	4	.45	.75
	5	.31	.76
	6	.19	.77
PSOC	7	.55	.74
	8	.30	.76
	9	.10	.78
	10	.25	.76
	11	.26	.76
	12	.37	.75
	13	.49	.74
	14	.51	.74
	15	.52	.74
	16	.47	.75
	17	.31	.76